

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielise Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quielise Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli

Vice-Presidente — Antonio Belinatti

David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato

Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas à existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Major.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 226-72

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

I — exonerar a pedido o funcionário PLÍNIO ANTONIO DE SOTTI LOPES, do cargo em Comissão de Tesoureiro Geral, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II — revogar o Decreto Legislativo n.º 281-71, de 23 de abril de 1971, que concedeu auxílio para compensar diferenças de caixa, na parte que se refere ao funcionário acima citado;

III — consignar um voto de louvor e agradecimento, ao funcionário PLÍNIO ANTONIO DE SOTTI LOPES, pelos bons e leais serviços prestados à Administração desta Assembléia, no período em que respondeu pelo referido Cargo.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 09 de maio de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 227-72

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2245-72, de 11 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ENIO MEDEIROS, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1970 e 1971, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio compreendido entre 1.º de junho de 1968 e 1.º de janeiro de 1972, antecipando em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e da contagem em dobro das férias relativas aos anos de 1970, 1971 e quinze (15) dias de 1968; e,

III — conceder, com base no Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual, o acréscimo de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, a partir de 29 de maio de 1971, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco (25) por cento.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 10 de maio de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 228-72

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2757-72, de 26 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar retificar o Decreto Legislativo n.º 79-72, de 06 de março de 1972, a fim de declarar que a autorização para prestar serviços extraordinários e percebimento da gratificação fixada no citado ATO é a partir de 03 de novembro de 1971.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 10 de maio de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 41.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 11 de Maio de 1972 - (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Nivaldo Krüger.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Domicio Scaramella, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Fadel, João Mansur, Leopoldo Jaccmel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Paulo Camargo, (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados Wilson Fortes, Quielse Crisostomo, Rosário Pitelli, Hélio Manfrinato, Igo Lasso, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Maurício Fruet, Pinto Dias, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 29-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 145-70, de autoria do Sr. Deputado Sílvio Barros, incluiu um parágrafo

que especifica, à Lei n.º 6.061, de 12 de dezembro de 1969, que criou o Instituto Agrônômico do Paraná. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

O SR. NIVALDO KRUGER — (Para discutir) — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Vamos apreciar nesta sessão Veto de S. Exa. o Sr. Governador, ao Projeto 145-70, que criou o Instituto Agrônômico do Paraná...

O SR. PRESIDENTE — Pediria aos Srs. Deputados mais atenção, pois existe um orador na Tribuna.

O SR. NIVALDO KRUGER — Sr. Presidente, queria apenas chamar a atenção da Casa para um assunto que me parece da maior importância e que, talvez, venha passando despercebido do Legislativo Estadual.

O Sr. Governador do Estado justifica o Veto ao Projeto de Lei do Deputado Sílvio Barros, da seguinte maneira: (Lendo)

"2. Trata o autógrafo da inclusão de um parágrafo único à Lei n.º 6.061, de 12 de dezembro de 1969, dispondo que o Instituto Agrônômico do Paraná será localizado no município de Maringá.

3. A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame é devida ao fato da medida preconizada contrariar os elevados interesses da Administração, eis que, o Instituto Agrônômico do Estado do Paraná, cuja criação foi autorizada pela mencionada lei n.º 6.061-69, já está com sua estrutura organizacional definida e com regulamentação aprovada, conforme disposições específicas constantes dos decretos n.ºs 20521, de 7 de julho de 1970 e 364, de 10 de maio de 1971, que, inclusive, lhe deram sede no município de Londrina.

4. Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração."

Vejam, Srs. Deputados, o Instituto Agrônômico do Paraná tem 10 milhões de cruzeiros à disposição, desde que esta lei foi aprovada em 1970.

O Estado do Paraná, até o momento, não pode aplicar esses recursos na construção do projeto previsto, em virtude de um cochilo da administração. Não foram utilizados pelo Estado, tal o descaso da administração estadual e com isso sofre o Paraná um prejuízo imenso, não só pela falta de condições na aplicação dos recursos, como pela necessidade que tem o Estado de um Instituto dessa ordem. Talvez alguém desta Casa possa explicar por que razão isso acontece. Não era eu Deputado em 70; passaram já três governos, Paulo Pimentel, Haroldo Leon Peres e agora se inicia o Governo de Parigot de Souza, não se sabe por quanto tempo. Mas três governos passaram e até hoje o Estado do Paraná não pode utilizar os recursos que estão à sua disposição para a construção do Instituto Agrônômico do Paraná.

Parece-me isso um descaso terrível; parece-me que a coletividade paranaense está sendo altamente prejudicada e sou obrigado a concluir que quem prejudica essa coletividade, não é nada mais nada menos que o Partido da situação. Essa é a conclusão lógica, porque o Partido da situação detendo o poder, não resolve a situação acarretando um prejuízo extraordinário.

Então, na oportunidade em que se discute um veto ao Projeto do Deputado Sílvio Barros, do MDB, quero registrar duas coisas: o descaso do Governo do Paraná, com relação a esse assunto e o grande prejuízo que sofre a coletividade paranaense.

O Governo Parigot de Souza tem conhecimento disso e não pode até o momento constituir a administração desse órgão por falta da instrumentação legal necessária. Parece-me, assim, que este Projeto tem que ser totalmente reformulado, porque ele apenas autoriza a constituição do Instituto Agrônômico do Paraná. E na hora do Conselho Diretor tomar posse e aplicar efetivamente esses recursos, que já estão quase sendo recolhidos pela fonte de onde provêm, não tem o Governo condições de pôr em funcionamento, ou de constituir a Diretoria capaz de organizar e dar curso às obras no Município de Londrina.

Quero fazer este registro, para que a responsabilidade, no futuro, não recaia sobre o Poder Legislativo, sobre os políticos do Paraná, mas, somente de parcela dos políticos do Paraná. (Com revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão

O SR. IVO TOMAZONI — Peço a palavra em discutir.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para discutir, ao Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados.

Está à consideração do Plenário, um veto governamental que incide sobre matéria discutida, votada por esta Casa, na legislatura passada, e, procurando esclarecer dúvidas levantadas pelo Sr. Deputado Nivaldo Krüger, eu vou procurar fazer um histórico de como se processou a tramitação desta Lei.

Apresentado o Projeto de Lei pelo então Deputado Estadual Sílvio Barros, que representava nesta Assembléia Legislativa, além de uma grande parcela da população paranaense, mais especificamente o Município de Maringá, pretendeu o autor — e era lógico que assim procedesse — fixar a sede do Instituto Agrônômico, na cidade que ele aqui representava, Maringá. Eu me lembro do episódio como se fora hoje.

Por um cochilo dos Srs. Deputados representantes do Município de Londrina, já nesta legislatura o Projeto de Lei que ficara nas Comissões Técnicas desta Casa por alguns meses, foi incluído na Ordem do Dia, e, inadvertidamente, para os representantes do Município de Londrina foi submetido à consideração do Plenário e votado por unanimidade.

Lembro-me a Bancada da Aliança Renovadora Nacional deixara até a pessoa do Sr. Governador, na época, num situação um tanto difícil, porquanto, se submetido o autógrafo à sua sanção, Sua Excelência fatalmente teria que votar o Projeto de Lei, em consequência de que por Decreto o Governador Paulo Pimentel já o havia localizado na cidade de Londrina; daí o autógrafo também — e é fácil de ver, pela data em que fora confeccionado haver ficado pelas gavetas deste Poder Legislativo, vários meses, sendo submetido à sanção governamental muito tempo depois — como é fácil também depreender, pelo protocolo desta Casa e pelo protocolo geral do Palácio Iguaçu.

Ocorre que os homens representantes de Maringá, em várias ocasiões pelo Palácio Iguaçu e nesta Casa de Leis, defendiam a tese da validade da sanção deste plano de Lei, procurando, com isto, fixar em Maringá o Instituto Agrônômico do Estado do Paraná; todavia, os mesmos argumentos que o Poder Executivo usa no expediente em que justifica o veto, eram os usados para com os representantes de Maringá, na época; que o Instituto Agrônômico já havia sido, através de decreto, localizado em Londrina e era facultado localizá-lo onde bem se entendesse, no território paranaense, e, recursos do Estado já

estavam sendo aplicados em edificações, porquanto o Município de Londrina já havia doado, já havia escriturado ao Governo do Estado do Paraná, a porção de terra necessária para apropriar o Instituto.

Hoje volta à consideração desta Casa o veto governamental.

Não quero, neste instante, contraditar o Deputado Nivaldo Krüger, mesmo porque ele tem também no exercício da sua função, grande parcela de razão quando pretende que o Governo do Estado oficialize, quero crer que foi isto que o Sr. Deputado pretendeu, a organização do Corpo Diretivo, quero crer, do Instituto, para poder então fazer jus ao dinheiro externo que estaria à disposição do Governo, para aplicação no Instituto.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. colocou a questão, interpretando meu ponto de vista. Meu ponto de vista é exatamente este, a demora com que os papéis levaram tramitando entre a Assembleia e o Poder Executivo, vindo a ocasionar um prejuízo grande ao Estado porque os recursos estão à disposição, numa entidade financeira que rende juros, mas não correção monetária e podemos imaginar, em três anos, o montante da desvalorização desses recursos e mesmo com o veto, embora esteja solidário com o Deputado da Legislação anterior, Silvio Barros, concordo que o Sr. Governador Parigot de Souza não tivesse mais condições de sancionar esta lei em virtude das providências tomadas no Município de Londrina. Entretanto, esta disputa entre Maringá e Londrina não justifica o grande atraso que o Governo incorreu quanto ao funcionamento do Instituto Agrônomico do Estado do Paraná e mesmo sancionado ou resolvida a pendência legislativa, ainda assim não terá o Sr. Governador do Estado, condições de constituir a diretoria do Instituto, em virtude de falhas ocorridas no processo legislativo que aí se encontra. Conheço o esforço de S. Exa. Estou a par que S. Exa. tem gestionado no sentido de constituir a diretoria que administrará o Instituto Agrônomico do Estado do Paraná. O meu ponto de vista fixa-se naquelas duas questões: a demora injustificada e o prejuízo que o Estado, está tendo por esta demora.

O SR. IVO TOMAZONI — Devo discordar agora de V. Exa. Veja V. Exa. que este plano de lei, que é o Projeto 145-70 não visava outra coisa senão alterar dispositivo, e nem alterava, mandava incluir um parágrafo único num dos artigos na lei 6.061, tão somente, fixando em Maringá a sede do Instituto Agrônomico do Estado do Paraná. Veja V. Exa. nada além, nada mais além do que isto pretendeu o autor deste plano de lei. Daí a razão pela qual eu não vejo onde como tenha esta Casa, com a morosidade na sua tramitação, possa ter prejudicado a instalação, a obtenção de recursos ou mesmo ao Governo do Estado.

O Sr. Nivaldo Krüger — Ele é o único responsável, nobre Deputado, porque estes recursos estão à disposição do Governo do Estado para a construção dos edifícios, do conjunto que faz parte do projeto do Instituto Agrônomico do Paraná, porque os recursos agora não estão somente para a construção mas também para pesquisa e a pesquisa está totalmente paralisada, a pesquisa científica que dará grandes resultados à economia agrícola do Estado neste campo, está totalmente paralisada e o Estado até agora não utilizou dos recursos. Parece-me uma morosidade injustificável e me parece ser da responsabilidade dos que governam. Não é responsabilidade da Oposição que não é Governo.

O SR. IVO TOMAZONI — V. Exa. então concorda comigo. Pois bem. Não depende de autorização do Legislativo...

O Sr. Nivaldo Krüger — Depende agora.

O SR. IVO TOMAZONI — Mas não depende nobre Deputado, porque Convênios desta natureza, podem ser assinados ad-referendum desta Casa.

O Sr. Nivaldo Krüger — Não é este o problema. A situação é que este Projeto já tinha dado entrada na Casa. Há pouco consultei o Líder e segundo as informações que obtive, o Governador elaborou novo Projeto de Lei, através do qual ele está legalmente autorizado a determinar a constituição da fundação que dirigirá o Instituto pois o Instituto, se não me engano, funcionará em regime de Fundação, e como tal não poderá ser constituído sem lei específica. Daí meu ponto de vista com relação à morosidade. Aliás, quero ressaltar, quero deixar bem claro, que o Sr. Governador Parigot de Souza não cochilou com relação a isto. Realmente, se interessou desde os primeiros dias do seu Governo. Mas tenho conhecimento dos óbices encontrados para conclusão deste projeto, que virá certamente à Assembleia.

O SR. IVO TOMAZONI — Nobre Deputado, os nossos pontos de vista coincidem. Em momento algum a Assembleia, quando da tramitação deste plano de lei, obsteu a que o Poder Executivo tomasse medidas que pudessem vir de encontro aos interesses da população, na constituição da fundação ou do órgão paraestatal que pudessem pôr em funcionamento o Instituto Agrônomico; pelo contrário se defeito poderia ter tido o plano de lei, este seria de despertar no Poder Executivo, o interesse para urgenciar a instalação do Instituto Agrônomico.

Queria agradecer à V. Exa. e dizer ao Plenário, tão somente, que o apoio ao veto do Sr. Governador, se faz até necessário, porquanto a matéria aqui discutida conflita com o Decreto Governamental, localizando o Instituto na cidade de Londrina. Era só. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Considerando que o Sr. Deputado João Mansur pediu a palavra para discutir a Proposição n.º 29-72, fica a discussão da mesma transferida para a sessão de segunda-feira próxima, dia 15. Existe em nosso Regimento Interno, a Hora Regimental para funcionar a Sessão Ordinária.

Levanta-se a sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 42.ª Sessão Ordinária

Realizada em 11 de Maio de 1972 - (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Domicio Scaramella.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Domicio Scaramella, Aguiinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Fadel, João Mansur, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Mugiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, e Santos Lima (36); achan-

do se ausentes os Srs. Deputados Wilson Fortes, Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Hélio Manfrinato, Igo Losso, Jorge São Lázaro Dumont, Maurício Fruet, Pinto Dias, Wilson Brandão e Xenofon Villanueva (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, vem na forma regimental e após ouvido o Plenário, requerer seja consignado um voto de rogazão pelo Jubileu de Prata Episcopal de sua Excelência Reverendíssima Dom Geraldo de Proença Sigaud, Arcebispo de Diamantina, esclarecendo que o referido Arcebispo exerceu por vários anos o Bispado da cidade de Jacarézinho neste Estado.

Outrossim, requer ainda seja dada ciência a sua Excelência em Diamantina Minas Gerais.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1972.

(a) — Antônio Costa

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer a V. Exa., após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Dr. Roulleir Basaglia, digníssimo Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, no sentido de serem tomadas providências objetivando a ampliação do prédio e alteração do currículo do Colégio Agrícola Arlindo Ribeiro, de Guarapuava.

O Educandário é o único em técnica agrícola na região Oeste paranaense, abrangendo uma área que compreende mais de uma dezena de Municípios, com uma população superior a 400 mil habitantes.

Suas dependências são obsoletas tendo sido construídas em 1952 com uma capacidade máxima para 100 alunos e conta, no momento, com apenas 52, demonstrando o desinteresse da população para o atual sistema curricular vigente.

Para esse índice insignificante de alunos o estabelecimento mantém 20 professores, que representam, com os demais funcionários, uma despesa anual de 297 mil cruzeiros, contra apenas 55 mil e 500 dispendidos para a alimentação e anuidade do corpo discente.

Cada aluno está assim custando a importância anual de pouco mais de 6 mil cruzeiros para um ensino que não corresponde aos anseios de uma população predominantemente dedicada a agropecuária.

Torna-se necessário um reestudo na atual situação, com a ampliação do prédio, visando o atendimento, pelo menos, de 1.000 alunos em ensino técnico especializado, com maiores resultados práticos e menor onus, proporcional, para o erário público.

A principal reivindicação da população o estina é que o educandário retorne a manter o curso ginasial primeiro ciclo, administrativo simultaneamente ensino agrícola, como esta Secretaria mantinha anteriormente.

Essa a reivindicação que endossamos.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1972.

(a) — Nivaldo Krüger

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro Orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Seria egoísmo da nossa parte se voltássemos hoje ao Grande Expediente, porque certamente iríamos ocupá-lo todo e entendemos que outros Deputados também devam ocupar esta Tribuna naquele horário.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, confirmando parte do que falamos ontem desta Tribuna, vimos o jornal "O Estado de São Paulo", de hoje, que traz a seguinte manchete: "Tarso Dutra apoia tese de reeleição".

Ontem, entre outras sugestões, fizemos essa em nossa proposição, a de ontem e a anterior. Insistimos para que S. Exa., o Sr. Ministro da Justiça, olhasse com carinho esta tese. Hoje nós, vemos, entre outros grandes homens, como Tarso Dutra, por exemplo, que já foi Ministro é um homem de responsabilidade em todo o País emitindo aqui a sua opinião. Está inserida no jornal "O Estado de São Paulo", como data de hoje: — Ele diz que é francamente favorável, não só à reeleição para a Presidência da República, como reeleição para Governos dos Estados e também para Prefeituras Municipais. Como os Senhores vêem, esta tese tem tomado corpo.

Era só, o que eu queria dizer, Sr. Presidente, para que ficasse registrado aqui nos Anais, o depoimento deste valoroso brasileiro. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não faz muitos dias estive aqui nesta Tribuna, estreando, o jovem Deputado da Arena, Luiz Roberto Soares. E S. Exa. se preocupava com uma renovação de atividades do Poder Legislativo, para a sua vitalização. Nós vamos agora talvez iniciar uma nova caminhada dentro do legislativo. Por este motivo, quero louvar a liderança do Governo na pessoa do Deputado João Mansur, que acatou a minha sugestão ontem, para a constituição de uma Comissão Especial para estudar o Projeto Governamental, que cria o Conselho de Contribuintes e recursos fiscais. Na verdade, Senhores Deputados passando pelo crivo da Comissão permanente de Justiça, esta poderá regimentalmente apenas dizer se é legal; passando pelo crivo da Comissão de Finanças, esta também regimentalmente, poderá dizer apenas se a despesa ali inserida esta conforme a dotação orçamentária. Mas, quanto ao mérito, ninguém se manifestará tecnicamente; virá para o Plenário, inopinada, sem o preparo devido, sem as explanações necessárias.

Foi por este motivo que eu pedi e esta ilustre Casa aprovou ontem, a

constituição de uma Comissão Especial que vai então considerar, julgar, melhorar, o mérito do Projeto, que cria o Conselho de Contribuintes.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Roberto Soares, primeiro inscrito para o Grande Expediente.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Retorna vigor, na vida brasileira a necessidade de se buscar um projeto político para a Nação.

Presentemente realiza-se em Brasília um Congresso, um Seminário de Ciência Política no qual estão comparecendo os modernos sociólogos e cientistas sociais especializados na matéria, ao mesmo tempo que leio nos jornais de hoje que a Escola Superior de Guerra retoma a temática política, também na tentativa de se buscar um projeto político tão necessário para esta Nação.

Isto posto pretendo trazer hoje a esta Casa algumas considerações de ordem política porque entendo que devemos compensar a fraqueza do monopólio legislativo, fazendo com que esta Casa ganhe substância política.

"Desejaria abrir este discurso com parte de outro discurso.

Pois de repente ganha tragi-cômica atualidade o exercício intelectual a que Joaquim Nabuco denominava "política silogística".

Dizia Nabuco: "É uma pura arte de construção no vácuo: a base são as teses — e não os fatos; o material, idéias — e não os homens; a situação, o mundo — e não o País; os habitantes, as gerações futuras — e não as atuais".

Pois a nota reitora dos dirigentes políticos nacionais tem sido exatamente esta: "Uma pura arte de construção no vácuo".

Não porquê alimentem ideais políticos aparentemente utópicos e nem porque exercitem imaginações criadoras pois tais características, se não fossem escassas, até que confeririam maior densidade à nossa vida política.

Quero referir-me à ausência de atitudes da nossa classe política, na busca de um projeto político capaz de compatibilizar o empenho desenvolvimentista com uma forma superior de democracia.

Não há, por parte dela, nenhum esforço para a compreensão de nossa realidade.

É isto é tanto mais grave quando se sabe que é exatamente a chamada classe política o grupo mais habilitado e com maior intuição histórica para encontrar as soluções institucionais mais adequadas.

O político, como o administrador, são ambos estrategistas pois a ambos incumbe — à luz de suas próprias experiências e das historicamente vividas — influir ou determinar, em termos precisos, que se adotem fatores e condições imprescindíveis à instauração e uma nova sociedade, mais desenvolvida e mais justa.

Um correto exercício da vida política permitirá orientar o presente como história.

Vale lembrar aqui a observação de Alexis de Tocqueville a propósito da Revolução Americana. Dizia Tocqueville: "Uma Revolução, como num romance, a parte mais difícil é inventar um fim".

É neste contexto que pretendo incrustar algumas reflexões sobre os Partidos Políticos partindo da seguinte premissa:

Nas atuais condições de complexidade da vida societária, a vida política organizada só é possível dentro e através dos partidos.

O que se pede deles é que sejam suficientemente abertos à participação e que cumpram o papel que lhes cabe desempenhar como instrumento da sociedade onde atuam.

O ponto essencial é o seguinte: autenticidade dos partidos e a aglutinação da maioria dentro de um instrumento político estável.

Ocorre que não há democracia sem maioria deliberante e essa maioria há de ser institucionalizada.

Não se descobriu outro instrumento de institucionalização de maioria deliberante que não seja o partido político.

Eles são — ou deviam ser — o instrumento de participação por excelência.

Porque é importante que o partido político seja institucionalizado?

É que em qualquer nível de diferenciação em que se encontre, toda sociedade tem dois problemas intimamente relacionados:

— A auto-destruição desse nível de diferenciação e o desenvolvimento de suas possibilidades".

É faço questão de repetir o que, em Sessão anterior, disse o eminente e nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira se referindo ao mesmo tema, com enorme e rara felicidade, consignou com toda justeza.

Dizia, então, o nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira: "Pátria nenhuma sobrevive em regime político através dos tempos sem o consenso do povo. Por ele e para ele foi feito, é apoiado e sustentado, para ele os grandes benefícios que lhe tem trazido em termos de desenvolvimento econômico. Resta, agora, que essas realizações se consubstanciem em filosofia política e programa claro, objetivo e lúcido, do partido que lhe dá sustentação.

Esta é a tarefa para os políticos. Na hora que esta missão for exercida e cumprida, parcela de responsabilidade que nos destinou a história da Revolução brasileira".

Com ligeira e rápida modificações, só me cabe exaltar o pronunciamento do nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira porque veio ferir o ponto nevrálgico do impasse institucional brasileiro.

"É exatamente a institucionalização que habilita o sistema a resolver esses problemas, resguardando-o contra a regressão, a estagnação ou o colapso.

Um sistema de baixa consistência de institucionalização política corre o risco histórico de perder a identidade entre a vigência e o consenso.

Daí ser de importância vital para a vida brasileira que o sistema aceite, reconheça e estimule o efetivo exercício político pelos partidos e que estes se capacitem e se conscientizem da importância da sua missão.

Há dias o mais prestigioso órgão da imprensa brasileira — precisamente "O Estado de São Paulo" — estampou um editorial apropriadamente denominado "Momento para a Meditação" no qual alertava contra a marginalização do Poder Legislativo e dos nossos Partidos no processo decisório.

É lembrava o problema mexicano que reflete "A imagem de uma Nação angustiada que enfrenta, em todas as áreas, problemas sem solução previsível" e a responsabilidade do P.R.I. no curso deste desfecho, cujos dirigentes segundo o editorial, "esqueceram essa evidência velha como o mundo".

A revolução econômica mexicana não foi acompanhada da revolução política que deveria ser o seu complemento natural".

Está claro que o Brasil está longe de se assemelhar ao México, mas vale a lembrança.

Entendo que o desenvolvimento é um processo social global. Há de ser econômico, social, cultural, e nucleado politicamente.

O que é desenvolvimento político?

É a institucionalização de processo ou de organizações políticas e se avalia pela "capacidade de criar e preservar um consenso em torno de interesses públicos e de legitimar as normas operacionais que regulam o conflito, a competição e as aspirações sociais, habilitando o sistema político a promover e a absorver mudanças sociais ou a adaptar-se plenamente às circunstâncias sem perda de sua integridade".

Mas analisemos resumidamente a circunstância brasileira:

O Brasil se formou às avessas e começou pelo fim;

Teve coroa antes de ter povo;

Teve parlamento antes de ter eleições;

Teve escolas superiores antes de ser alfabetizado;

Teve bancos antes de ter economia;

Teve artista antes de ter arte;

Teve legislação trabalhista antes de ter operariado e

Teve partidos políticos antes de ter correntes de opinião pública.

Ressalte-se aqui a opinião de Gilberto Amado, lamentavelmente ainda válida. Dizia aquele eminente publicista: "Enquanto no Império a eleição era falsa, porém a representação verdadeira, na República a eleição era verdadeira, mas a representação falsa".

Não cessam aí, contudo, os paradoxos brasileiros: a Independência, na linha das revoluções liberais, teve como resultado a implantação da monarquia, a única do continente.

A abdicação, feita em nome do Parlamentarismo desaguou na República presidencial da Regência.

A maioria feita pelos liberais, reforçou as posições conservadoras.

A monarquia fez a abolição e ensinou a instalação da República.

A República desaguou em um Executivo forte, dentro do unipartidarismo, contra toda a mística republicana.

Em 1930 visando destruir a política oligarquista dos Governadores, para implantar um autêntico sistema representativo, o regime acabou desaguando na ditadura para-fascista que por sua vez acabou efetivando uma reforma social avançada:

Na verdade, o Brasil foi até a metade do presente século a rigor, fruto do oficialismo.

Alberto Torres já diagnosticara o amorfismo da sociedade brasileira que não evoluía propriamente de forma a forma, mas por saltos improvisados.

Mas foi justamente a consciência desse amorfismo que atestou o impulso renovador da Revolução de 1964, que não surgiu por acaso, mas por imperativo do processo configurador da nova sociedade brasileira.

Seria patologicamente irrealístico presumir que o Brasil para atingir o nível histórico do mundo, tivesse que confiar em sua formação espontânea, utilizando-se dos insuficientes mecanismos institucionais do regime anterior:

Sem as medidas revolucionárias seria impossível percorrer com velocidade a distância que nos separa do chamado "mundo desenvolvido".

É escandalosamente óbvio para ser negado o êxito do governo revolucionário na utilização adequada de estratégias economicamente positiva e socialmente desejadas".

É verdade que algumas medidas básicas ainda se impõem porque continua escandalizando a quem pensa neste país, o terrível desrível da distribuição da renda nacional, até porque é estatística e oficialmente demonstrado, que 5% da população brasileira detém quase 40% da renda nacional. Nestas circunstâncias, acredito que embora o êxito na política econômica do governo seja facilmente constatável é imperiosa a correção, neste particular da desigualdade na distribuição da renda nacional, sem o que nenhum programa desenvolvimentista poderá ser considerado plenamente satisfatório. Retorno, agora,...

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Venho acompanhando o discurso de V. Exa. com atenção e sem dúvida nenhuma, a Assembléia ganha e todo o Poder ganha com pronunciamentos desta ordem, dado o nível em que V. Exa. o coloca. Não podemos deixar de manifestar nossa concordância com relação à análise histórica que V. Exa. faz dos acontecimentos políticos e revolução social do país. Agora, nobre Deputado, V. Exa. como bom argumentador, coloca e já refuta um possível argumento no sentido da integração social.

Agora vê V. Exa., que me parece este um ponto fundamental: de que adiantam os êxitos financeiros em alguns campos, se a nossa economia passa a contar com uma participação cada vez mais acentuada do capital estrangeiro, levando a parte mais valiosa do movimento financeiro do País; de que adianta nós termos à custa da censura, à custa de medidas de exceção, da repressão das liberdades, até certo ponto, das decisões político-partidárias, se nós não atingirmos realmente o nosso povo, cujo sentido de um Governo está voltado para o povo; se há a canalização do poder econômico na mão de um número cada vez menor de pessoas e de grupos estrangeiros.

Então, ilustre Deputado, eu queria no pronunciamento de V. Exa., ressaltar este aspecto: — há necessidade urgente de se fazer este desenvolvimento que todos nós sabemos, com liberdades plenas, sem censura, sem que alguém, com a varinha na mão, esteja a dizer que isto ou aquilo não pode ser publicado. E agora está aí a grande lição que Sua Excelência Reverendíssima, Papa Paulo VI, advertindo aos países do mundo que não permitem a plena liberdade das suas idéias.

Isto é fundamental. Como teremos, veja V. Exa., partidos políticos fortalecidos, se não puderem expressar livremente as idéias através dos órgãos de divulgação e da divulgação de mesa, através de televisão e outros veículos?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nobre Deputado Nivaldo Krüger, o seu aparte ensinar-me-ia um novo discurso; todavia, vou me cingir a dar a dimensão que eu considero correta, para o enfoque apropriado do problema.

Acredito que em qualquer regime econômico-político do mundo, a primeira providência deverá ser a do crescimento do produto nacional bruto, sem o que nem seria pertinente falar em distribuição de renda, se ele não o tivesse. Isto é uma estratégia válida tanto para os países que adotam os regimes de economia racionalizada, como aqueles — como é o nosso — que adotam o mercado competitivo.

Nestas circunstâncias é que, exatamente, eu pretendo anexar a minha observação.

Acredito que a primeira parte está sendo plenamente alcançada neste País. O Brasil, não desconhece V. Exa., está crescendo com dados superiores a 10%; resta porém, que doravante articulem-se mecanismos capazes de conseguir uma distribuição mais justa da renda.

O Sr. Nivaldo Krüger — Exatamente isto. Mecanismos capazes. Estes mecanismos, no meu entender, não poderão ser postos de cima para baixo, para não incorrerem no erro do passado.

O mecanismo há de vir de baixo para cima, há de levar as aspirações reais do povo, a até a atual organização dos seus anseios, de forma legal e capaz de dar consequências a estas aspirações. Desconhecem os que governam, parece, que vastíssimos setores da vida nacional estão cada vez se marginalizando, cada vez aprofundando-se mais o abismo entre os que têm e os que não têm e me parece, ilustre Deputado, que é realmente a bandeira capaz de sensibilizar os homens de bem, a bandeira do social. Houve tempos em nosso País em que as opções foram aliciadas pela sedução da tese da Independência e a Independência foi feita justamente pelos homens de pensamento. Posteriormente, a Abolição, depois a República, com o produto da influência do pensamento liberal da época e implantou-se a República, apesar de estar o povo satisfeito com o Império, e a República foi feita com o desconhecimento total do povo, mas hoje, esta bandeira do social, como muito bem disse o Papa João XXIII, está abrindo, acenando ao povo a necessidade de que as lideranças se conscientizem do dever de solidariedade àqueles que não têm o privilégio de ter posição. Um grande líder universal da bandeira do social que foi Kennedy, foi assassinado exatamente por levantar esta bandeira, a bandeira do social, num país cujo modelo econômico está se procurando imitar no nosso Brasil, o capitalismo liberal. Então me parece que hoje, ilustre Deputado, se há uma coisa capaz de sensibilizar aos homens de pensamento, artistas, políticos, poetas, enfim as Universidades, as Assembléias, as Câmaras, aqueles todos que sentem o pendor da solidariedade humana, é exatamente isto, a bandeira do social, e nós, através dos Partidos Políticos, é que temos o dever de conduzir a Nação a este fim.

O SR. ROBERTO SOARES — Sr. Deputado Nivaldo Krüger. V. Exa. antecipou uma conclusão a que eu ia chegar neste pronunciamento. Eu também acredito que nas atuais condições institucionais brasileiras, só os Partidos Políticos poderão levar a bom termo a compatibilização entre o empenho desenvolvimentista e uma forma superior de democracia, porque o desenvolvimento se não contribuir para a explicitação de todas as virtudes humanas não faz sentido. Faço um pequeno reparo ao seu aparte, no momento em que V. Exa. identifica o modelo brasileiro com o capitalismo liberal. Não me parece assim, porque os indicadores do capitalismo liberal não se fazem presente, segundo entendo, no contexto brasileiro.

O Sr. Nivaldo Krüger — A observação de V. Exa. é plenamente válida. Acontece que nós vivemos um paradoxo no nosso País. Enquanto de um lado se desenvolve o capitalismo liberal, de outro lado, na atividade privada, o Estado assume posição cada vez mais avolumada no contexto econômico do País; nós temos então de um lado uma configuração de economia no setor privado, e de outro lado uma intervenção, uma estatização cada vez mais acentuada chegando a preocupar seriamente aqueles que estudam a ciência política, pois que não sou economista, apenas um curioso. Vemos de um lado o capitalismo se desenvolvendo rapidamente com o poderio da empresa estrangeira no País; de outro, o desaparecimento da média e pequena empresa nacional com o fortalecimento da empresa estatal. Isto gera um choque, um paradoxo na vida econômica do País.

Estou de acordo com a sua observação, queria apresentar isto, como complemento.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Grato pela observação.

Apenas para concluir, porque eu iniciara anteriormente...

O Sr. Nivaldo Krüger — Pego escusas por me intrometer, mas...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. pode ficar tranquilo, todas as suas intervenções são gostosamente recebidas.

O Sr. Nivaldo Krüger — Um pronunciamento desta ordem realmente me empolga, nobre Deputado, e ficam por conta deste empolgamento, as minhas intervenções.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Deputado, a propósito de sua observação, eu também se me fosse permitido, faria um reparo.

Acredito que em países em estágio de desenvolvimento como é o caso brasileiro, o Estado é agente promocional do desenvolvimento. Eu considero irreversível o fato de que em países de escassa taxa de poupança, o Estado supletivamente, tem a necessidade de tomar a si, a responsabilidade de promover a decolagem desenvolvimentista. Nestas circunstâncias a estatização ou o dirigismo estatal deve tomar a responsabilidade e promover a decolagem dos setores básicos da economia nacional. Eu entendo como a única alternativa possível e válida. Quanto a sua observação anterior, de que está ocorrendo no País uma internacionalização da sua economia, é uma observação pertinente. Resta saber apenas se o controle dos mecanismos econômicos ainda permanecem totalmente intonsos à ação de nações ou grupos estrangeiros. Quero crer e acredito até, que no Brasil, os mecanismos orientados da economia política ainda se encontram em mãos brasileiras.

O Sr. Nivaldo Krüger. — Exatamente, eu queria feita aquela observação, manifestar a minha opinião com relação ao capital estrangeiro. Absolutamente não sou contrário a participação de capital estrangeiro, desde que se observe exatamente este aspecto que V. Exa. configurou neste instante, que se tome providências, que se regulamente a economia, de forma a que o País se esvazie e que os resultados do trabalho não redundem em benefício exclusivo dos grupos exploradores.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES. Muito obrigado. Eu dizia no transcorrer deste pronunciamento que as maiorias deliberantes devem abrigar-se dentro dos partidos políticos até porque aquela complexidade da vida moderna não permite outra estratégia de atuação.

E acredito que somente os partidos políticos, hoje teriam condições ou aptidões para romper o tradicional círculo vicioso brasileiro.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, eu acompanho com satisfação o seu pronunciamento nesta tarde e que de certa forma vem reforçar a argumentação por nós expendida desta Tribuna, quando oferecemos à consideração da Casa especialmente, dos integrantes da Bancada da ARENA, uma proposição que hoje está em mãos da Comissão Executiva do nosso Partido.

A necessidade de concientização do papel político dos políticos é paupável. V. Exa. no início do seu brilhante pronunciamento, fez referências a uma reunião que está havendo atualmente no Rio de Janeiro, de sociólogos, economistas, debatendo problemas políticos. Pelo que li nos jornais, debate-se

temas políticos mas não existe nenhum militante, participando da reunião. Essa é mais uma demonstração do alheamento total da classe política.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Diria criminoso até, Sr. Deputado.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Nós estamos vendo que os técnicos, os chamados técnicos noutros setores, estão tentando fazer, técnica a força, naquilo que o Decreto Paulo Poli, com muita propriedade, a um tempo atrás chamou de arte política. Eu acredito que nós políticos militantes, temos até para auto-defesa a obrigação de trazer à discussão temas desta importância e que V. Exa. traz hoje à Tribuna. E eu vejo com satisfação a participação ativa do MDB nesses debates. Mas eu gostaria, apenas para situar a minha posição nestes debates, de dizer que eu entendo que realmente é limitado o campo de atuação dos políticos hoje, na vida institucional brasileira. Mas, há um campo de atuação e este campo de atuação ainda não foi explorado pelo político brasileiro e sobretudo, pelos partidos políticos. Nós estamos vendo que temos no País dois partidos, na minha maneira de entender artificialmente criados, mas que são aqueles que existem e pelos quais nós optamos. S. nós optamos e estamos na vida pública, nós temos o dever de começar até, de transformar estes partidos em organismos vivos de atuação dentro da política nacional. Evidentemente, as forças contra este pensamento são muito fortes e até mais fortes do que se possa imaginar, quem sabe. Mas, creio que se nós formos todos nós conscientizando aos poucos desta necessidade, nós poderemos vir a dar uma colaboração e uma contribuição valiosa ao aperfeiçoamento democrático. E se a proposta está em mãos da Comissão Executiva da Arena, deverá ser estudada na próxima reunião de segunda-feira; pelo que pude sentir, a Bancada da Arena nesta Casa apoia o seu ponto de vista. Em linhas gerais convidamos V. Exa. e a Bancada da Arena, para que não nos restrinjam a um debate nesta Casa, mas que participemos como Deputados do Partido, das funções da Comissão Executiva da Arena e dentro do nosso Partido, defendamos os nossos pontos de vista e debatamos nossas teses políticas.

Era esta a observação que eu queria fazer ao brilhante discurso de V. Exa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Ilustre Deputado Cândido Martins de Oliveira, esta sua intervenção foi providencial. Eu gostaria de deixar patente neste item, que a simples presença de V. Exa. neste Plenário já justifica uma esperança que eu passei a alimentar, no sentido de viver com grandeza na vida política; exatamente como V. Exa. vê, atuando nesta Casa. Eu não tenho nenhuma reparação a fazer no seu aparte; está perfeito em tudo. Contudo, apenas para complementar e ajustar com o meu pensamento, também acredito como V. Exa. de que a ausência de participação dos políticos na vida nacional será inevitavelmente ocupada por outros quadros que não políticos.

E aqui me refiro principalmente ao setor tecnocrata que vem ganhando consistência política e burocrática na configuração da nova sociedade brasileira.

Acredito que, na medida exata de nosso alheamento, ganha corpo e volume a presença de técnicos, nem sempre habilitados, nem sempre senhores de uma instituição histórica e com graves riscos para o aperfeiçoamento da democracia em nosso País.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para complementar, vou citar, como prova da lucidez de seu raciocínio e verdade de sua argumentação, um exemplo dentro do Estado. Ninguém desconhece hoje, que a maioria dos órgãos do Poder Executivo está em mãos dos chamados técnicos. Longe de mim a crítica a este tipo de atuação em alguns setores. Mas cito especificamente o setor da educação. Todos sabemos que hoje os técnicos estão no comando da educação dentro do Estado do Paraná. Com todas as experiências técnicas, com todos os estudos com a procura da verdade, até hoje, dentro deste Estado, não vemos, partindo dos técnicos da Secretaria de Educação e Cultura ou da FUNDEPAR, um plano de lei que vise implantar neste Estado, em termos legislativos, o ensino fundamental de primeiro e segundo grau, que já é lei dentro do País desde julho do ano passado e que os técnicos paranaenses estão abordando há mais de quatro anos. Existe Projeto de minha autoria, em tramitação nesta Casa, objetivando adequar a política educacional do Estado à política educacional do Governo Federal. Este Projeto está parado há mais de um ano, exatamente porque os técnicos, através de outras forças, fizeram com que este Projeto parasse e não viesse a Plenário para discussão. Alegam que não foi feito por um técnico em educação. Concordo, mas estou aguardando há um ano projeto técnico que ainda não veio e a angústia no setor de educação, quer do magistério, quer de pais de alunos, é uma realidade dentro do Estado. Vemos que realmente os técnicos são necessários, mas além deles, ao lado deles é preciso a sensibilidade, o conhecimento profundo de causa que apenas os políticos militantes e atuantes têm. É a realidade que ocorre no Estado e no País.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Exatamente. É o enfoque correto do problema que neste momento estamos agitando. V. Exa. acaba de dar a esta Casa e ao povo a dimensão exata da disfuncionalidade política de um setor do Governo que pretende ser absolutamente tecnocrata.

É lamentável que o quadro que V. Exa. acaba de relatar seja verdadeiro porque isto significa pelo menos um atraso em termos educacionais e portanto em termos de desenvolvimento, que o Paraná não se pode dar ao luxo de suportar.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, não se assuste com minhas palavras, mas início dizendo a V. Exa. que quando V. Exa. assumiu uma cadeira nesta Casa, decepcionou alguns e eu ouvia destes decepcionados — poucos é verdade V. Exa. — decepçãv alguns que, precipitadamente, analisam as pessoas sem conhecê-las profundamente. E, hoje, vejo que esses decepcionados — poucos, repito — estão, naturalmente, vendo que se enganaram. Eis que, para surpresa daqueles a que me referi e para alegria e grandeza desta Casa, V. Exa. analisa os temas mais variados, com profundidade, e se revela um grande homem público, um grande parlamentar, como se V. Exa. tivesse também uma grande vivência mesmo nas lides políticas. Quero, mais uma vez, que este aparte, louvável e apoiável. E quero dizer a V. Exa., nobre Deputado, que tenho sido, nesta Casa, violento, até contundente em meus apartes, quando critico alguém como talvez V. Exa. não tenha tido oportunidade de verificar.

Mas, hoje, para felicidade nossa, parabenizo-me com V. Exa. e endosso o seu pronunciamento em gênero, número e grau. Porém, nobre Deputado, permita-me fazer um adendo: quero aplaudir, neste instante, a Comissão Executiva da ARENA paranaense. Ela tem, em sua cúpula homens experientes, com grande vivência parlamentar. Em seu primeiro posto um homem cujo nome é uma bandeira e em seu segundo posto um moço que se nos apresentava inexperiente, mas que, para satisfação nossa, tem uma grande experiência e, com suas atitudes ponderadas, tem demonstrado seu grande valor.

Portanto, a proposta de V. Exa. e do nosso eminente Calega e não menos ilustre Deputado Cândido Martins de Oliveira, é justa, válida até, e vem de encontro ao convite que nos fez o Presidente e o Secretário do Partido. Tenho sentido que a Executiva da ARENA tem demonstrado interesse nesse contato com os demais correligionários. E estamos vendo que isto está surgindo graças à inclusão desses novos elementos, inclusive V. Exa., com nova mentalidade política. "Vamos todos, — como já dizia Ney Braga — de mãos dadas, mas firmes, para frente", para a ARENA do Paraná mostre a todo o País que sabemos o que queremos, que a política a nós pertence, que fazemos política no bom sentido, de cabeça erguida e que não nos envergonhamos de ser políticos.

Mais uma vez, parabênz e cumprimento V. Exa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES. — É gratificante receber um aparte do teor que V. Exa. acaba de fazer. Realmente, confesso, até com certo constrangimento, que fico contente em saber que V. Exa. aposta em nós. E espero que no transcurso de minha atuação parlamentar, em nenhum momento, decepcione suas expectativas, ao mesmo tempo que manifesto a satisfação de poder contar com V. Exa. na busca de uma revalorização deste Poder e numa tentativa de tornar o nosso Partido político uma realidade.

— Mas, quero me referir que só o partido político teria condições, na atual circunstância brasileira, de romper um tradicional círculo vicioso brasileiro.

O Sr. Armando Queiroz. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Luiz Roberto Soares, vou pedir alguns minutos, porque pretendo analisar, com alguma calma, a idéia que pretendo levar a V. Exa.

É inegável, Sr. Deputado, que estamos vivendo uma fase, uma época de economia controlada, orientada e dirigida. Não podemos deixar de reconhecer que estamos tendo sucesso, mas a mesma coisa e o mesmo processo está ocorrendo no campo político, que também vem sendo controlado, orientado e dirigido. E a consequência aí está: um alheamento nesse campo político, com grave prejuízo, com grave interferência naqueles instrumentos que constituem a vida política e que são os partidos políticos, que também são o início do processo. Resulta disso tudo uma verdade inquestionável, de que o povo vai se omitindo, de que o povo vai se afastando, de que o povo não está querendo participar; mas esse comportamento do povo nessa emergência, na minha opinião, é um comportamento de exceção é um comportamento passageiro, é um comportamento eventual. No futuro, tenho certeza disso, o povo que hoje se empolga com os movimentos o povo eufórico com as grandes metas do governo, voltará a se interessar pelos nossos problemas e voltará, porque vai querer participar de direito, pela própria inclinação que todo cidadão sente pelos problemas nacionais. Nessa hora o povo vai procurar os partidos políticos e surpresa irá ver que eles estão frágeis, perclitantes, se é que ainda possam existir como figura de partido. Não encontrando partido, instrumento de sua vontade onde possam exteriorizar as suas reivindicações, e o povo passará a reivindicar de outra forma, passará a exigir. Nessa hora o esquema de comando, o esquema orientador, o esquema controlador, precisará se socorrer, como só pode ser, no campo político, nos partidos políticos, vendo que não há outro autêntico. Vai acontecer a mesma coisa que aconteceu com o povo. Também o comando que governa, não irá mais encontrar partidos políticos; se encontrar, verificará que são frágeis, débeis e sem condições de representação. E aí, então, esse mesmo esquema que governa, que manda, vai se tornar surpreso, perplexo, por se considerar também fraco. Enfraquecido o poder de comando, se enfraquece o comando político, enfraquece o partido. Nessa hora, nesse instante, não sei o que poderá ocorrer, mas só peço a Deus que nos ajude. Queremos que cada um tenha responsabilidades no seu setor, que elas sejam bem divididas e se encontrem um clima de equilíbrio satisfatório para o bem geral.

Era o aparte.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nobre Deputado Armando Queiroz, V. Exa. acaba de dar um brilhante aparte, com essa dimensão de grande homem público que é, e ao mesmo tempo deixa claramente exposta a sua posição frente ao problema. Vejo com satisfação o que já intuitivamente e privadamente percebera, de que V. Exa. também está preocupado com o impasse político porque atravessa a Nação, e mais do que isto, dá o seu testemunho de que pretende rearticular as forças vivas da Nação, em busca de um sistema democrático no qual se consiga viver com a dignidade que a condição humana impõe.

O Sr. Antônio Lopes Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Luiz Roberto Soares, há cerca de dois anos, eu propunha a esta Casa, que o Poder Legislativo realizasse sessões cívicas, comemorativas das grandes datas nacionais, e posteriormente propunha e fazia um apelo, para que este mesmo Poder, semanalmente indicasse um de seus membros — isto eu me reportava à Bancada da Aliança Renovadora Nacional — para que viesse à Tribuna e tratasse de grandes temas, temas estaduais e nacionais.

Infelizmente, não foi possível àquela época. No entanto, agora, sem combinação nenhuma, sem dispositivo legal, parece que despertamos para uma nova aurora; à semana passada tivemos aí na Tribuna o Deputado Cândido Martins de Oliveira abordando um grande tema, hoje está V. Exa.. Comprometo-me para a próxima semana, e faço novamente este apelo a todos os Srs. Deputados presentes, para que semanalmente roubemos o tempo dedicado ao Grande Expediente para aqui trazermos a meditação, o debate de todos nós, de grandes e importantes temas, que só virão valorizar o Poder Legislativo.

Quero, aproveitando esta oportunidade, dar a minha inteira solidariedade às palavras proferidas há pouco pelo ilustre Deputado Cândido Martins de Oliveira, no que diz respeito ao tecnicismo da Secretaria de Educação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pseudo tecnicismo!

O Sr. Antônio Lopes Júnior — E faço isto, Sr. Deputado, com a condição de Deputado que sempre se interessou pelos problemas educacionais, e como antigo professor.

Infelizmente, a técnica ali empregada não consegue pôr em prática aquilo que o Sr. Ministro Jarbas Passarinho deseja em todo o território nacional.

Mas, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, quero aproveitar para um registro importante: — que a Legislação Revolucionária não está ausente dos problemas que estão ansiando o povo, principalmente os políticos. Isto que aqui tratamos e isto que, daqui tem saído, idéias magníficas, somente em Outubro — e eu quero fazer esta ressalva também, porque poderão dizer que, como, eu tendo sido Secretário da ARENA, nunca promovi este Seminário de Estudos, mas devo dizer que, apesar de não estar contido em lei, propus várias vezes mas continuei sozinho, e sozinho não poderia realizar conclusões em nome da Aliança Renovadora Nacional, mas diz o Artigo 128 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos que os Partidos terão função permanente, assegurada pela realização de conferências, pela promoção ao menos

duas vezes ao ano no âmbito da circunscrição dos órgãos dirigentes de comícios ou sessões públicas para difusão do seu programa, assegurada a transmissão gratuita pelas empresas de rádio e televisão, pela manutenção de cursos de difusão da doutrina partidária, educação física, etc. E se continuarmos apresentando programas quilométricos de Flávio Cavalcante e semelhantes, a barreira do Chacrinha e semelhantes que nada produzem, que nada dizem e que não se traga de vez em quando, para o debate 20 minutos por semana ou por mês dois políticos, dois sociólogos, professores universitários, de idéias opostas para que viessem expor ao povo a doutrina do seu Partido, a doutrina que esposam pessoalmente, para que viessem trazer ao povo o debate de grandes problemas do momento nacional e do momento regional. É isso que é preciso. E eu quero fazer uma ressalva aqui, que a Televisão Iguaçu, Canal 4, tem um programa de grande alcance, este do Professor Mont Serrat. Não me ocorre no momento o nome deste programa, programa que faz uma exceção e que dignifica a Televisão paranaense. Quero fazer também uma exceção à apresentação do Padre Emir Caluf, um grande homem, um grande sociólogo, nas suas programações semanais no Canal 6. É isto que precisamos levar ao povo, nosso pensamento, as nossas idéias.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Deputado Lopes Jr.. Foi V. Exa., extremamente feliz no seu aparte ao almejar o púlpito sallem do tema que nós discorremos neste momento. Apenas quero registrar que não devemos nos ater às vezes ao texto da lei ou do programa partidário, sob pena de correremos o risco de assumirmos um comportamento formalista e eu reconheço que, evidentemente, V. Exa. não quis dizer isto no objeto que eu estou dizendo agora, porque no regime anterior o PSD também tinha um programa, mas na realidade o seu verdadeiro estatuto foi o Diário Oficial. Só quero fazer este registro e ao mesmo tempo agradecer e apoiar a idéia de V. Exa., digo, que V. Exa. levantou neste momento, de se dedicar uma das sessões, ou várias delas a grandes problemas, a grandes temas da vida nacional. Concedo o aparte ao nobre Deputado Muggiati Filho.

O Sr. Muggiati Filho — Não quero deixar de externar, nobre Deputado, a minha admiração ao discurso de V. Exa. nesta tarde e congratular-me com V. Exa. pelo brilho do mesmo. Sem querer, em absoluto, pretender contestar alguns pontos do brilhante discurso de V. Exa. gostaria apenas, nobre Deputado Luiz Roberto Soares, de registrar nesta tarde que o Movimento Democrático Brasileiro, com a devida vênia, principalmente ante o ideal político puro que V. Exa. tão bem está demonstrando, o Movimento Democrático Brasileiro não entende que haja possibilidade de existência de um regime democrático sem que o povo seja soberano, sem que os representantes do povo sejam escolhidos pelo voto direto e universal, sem que a imprensa seja livre, sem que ao lado do comando político não exista outra coisa a não ser o império da lei. Já tive a oportunidade, nobre Deputado, de definir-me nesta Casa sobre aquilo que eu entendo por revolução, acho que não se pode falar de revolução e de lei ao mesmo tempo, não se pode falar de revolução num sentido jurídico e de partido político. Pode se falar de revolução num sentido etimológico, porque num sentido jurídico ela significa destruição da ordem jurídica, ela significa a destruição da lei que muitas vezes se torna necessária, mas pelo justo tempo que se precise gastar, para restabelecer o império da lei. Esta revolução no seu aspecto jurídico que é a revolução da força para evitar muitas vezes a subversão da lei, ou a destruição da ordem jurídica, que se impõe como um reclamo da própria sociedade, uma vez cumprida a sua tarefa, ela se extingue. E deve o povo voltar a sua existência plena e legal, dentro da sociedade. Este, nobre Deputado, é o sentido com que nós analisamos o aspecto nacional, o aspecto de nosso País. E porisso que nós, em muitos pontos, somos plenamente concordes com o que disseram inclusive os ilustres apartantes de V. Exa., os nobres Deputados Armando Queiroz, Cândido Martins, Paulo Polli, da brilhante Bancada de V. Exa.. Nós apenas queríamos sob este aspecto, o aspecto democrático e sob o aspecto de administração não negar que exista uma administração que realiza no País em muitos campos, um programa eficiente.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem um minuto para concluir.

O Sr. Muggiati Filho — Vou encerrar meu aparte, apenas dizendo que entendemos. Porém que este início de um processo que data de oito anos, segundo se ouviu no Plenário, é para nós de todo ele inadmissível, porque é anti-democrático, a tarefa da revolução deveria estar cumprida de há muito. Admito que se fale em revolução administrativa, em revolução artística, em revolução política, num sentido etimológico. E com relação a administração ou para concluir meu aparte, ninguém pode esquecer ninguém pode negar que em nosso País nunca existiu tanta miséria, tanta fome, como existe no dia de hoje. Era o aparte.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Agradeço o aparte e peço licença apenas para agradecer ao Deputado Muggiati Filho, e ao mesmo tempo me disponho para, em outra ocasião, discutir o assunto com V. Exa., cujas lições gerais são dignas de ser consideradas. Quero, encerrando, dizer que é necessário romper o círculo de vícios brasileiro, 1.º — (Lendo):

"Em se tornando efetivo instrumento de comunicação entre o povo e as áreas cêntricas do Poder.

2.º — Participando na elaboração do processo decisório através de diretrizes alternativas que podem e devem ser consideradas.

3.º — Efetivamente todas as virtualidades contidas na instituição legislativa, até aqui sub-utilizadas e su-exercidas".

Acredito que a ARENA da qual faço parte e constitui a maioria deliberantes brasileira, prestaria serviços à vida nacional; se se dispusesse a ser verdadeiramente um partido político.

Obrigado, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 206-70, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo a criar um Curso Ginásial em Sapopema e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 275-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Jardim Iguaçu, Município de Paranavai, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 221-70, de autoria do Dep. João Mansur, ue autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Vila Nova do Pinhão. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Em discussão.

PROJETO DE LEI N.º 221-70
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Vila Nova do Pinhão, um Ginásio Estadual.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1970.

a) Dep. João Mansur

JUSTIFICATIVA:

O Município de Vila Nova do Pinhão pelo seu alto grau de progresso está a exigir dos Poderes Públicos a criação de um estabelecimento de ensino de grau ginasial.

Na verdade, toda a população estudantil daquele Município, em condições de frequentar escola de tal natureza, tem que se deslocar para outros centros em busca de escolas de nível mais elevado.

Esta circunstância, é vidente, onera os orçamentos domésticos das famílias radicadas naquele Município, as quais possuem poucos recursos, tendo em vista que a sua grande maioria é trabalhadora rural.

Assim sendo, submetemos o presente plano de lei à consideração de nos- sos ilustres Pares, esperando se lhe dê apoio e final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei n.º 221-70

AUTOR: Dep. João Mansur

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Vila Nova do Pinhão.

PARECER

No Projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseado na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acresçam a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "Lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, portanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários, etc.;

Vê-se pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O Nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispõe que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vinda aos argumentos ali expedidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criação, que envolve o artigo 30 da Lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisamos a criação.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal visando o atendimento do povo".

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei,

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 21 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Arthur de Souza

Muggiati Filho

Acyr José

Cândido Martins de Oliveira

Gilberto Carvalho

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

A criação de estabelecimento de ensino, é matéria de alto alcance quanto a sua natureza principalmente em se tratando de escolar no interior do Estado.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Ovidio Franzoni

Fuad Nacii

Santos Lima

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

I — Propõe o nobre Deputado João Mansur a criação de ginásio estadual, na sede do Município de Vila Nova do Pinhão.

II — A douta Comissão de Constituição e Justiça, pela maioria dos seus integrantes, opinou pela aprovação do projeto.

No mesmo sentido foi o pronunciamento da Comissão de Finanças.

III — Igualmente pela aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1971.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Arizone Araújo — Relator

Alvaro Dias

Acyr José

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Para discutir) Sr. Presidente, apenas com relação à criação do Ginásio Estadual em Vila Nova do Pinhão, quero informar que estamos favoráveis a este projeto, mesmo porque o ginásio já está funcionando há dois anos.

Solicito de V. Exa., se ainda há oportunidade, oferecer emendas a este Projeto.

O SR. PRESIDENTE — Há oportunidade. Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 221-70. — Aprovado.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 318-70, de autoria do Dep. Erondy Silvério, fica criado um Curso Ginasial Noturno para funcionar a partir do ano letivo de 1971, no Núcleo Social Yvone Pimentel, bairro de Vila Feliz, na cidade de Curitiba. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — com EMENDA SUBSTITUTIVA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 318-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado um curso ginasial noturno para funcionar, a partir do ano letivo de 1971, no "Núcleo Social Yvone Pimentel", bairro de Vila Feliz, na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1970.

a) Dep. Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

Nada melhor para servir de justificativa do presente projeto do que o incluso abaixo assinado, firmado por moradores dos bairros Capão Raso, Parque Industrial, Vila Feliz, Vila Aurora, Pinheirinho, Vila São Pedro e Xaxim, todos desta Capital, ao qual esta Assembléia não poderá deixar de atender, por se tratar de reivindicação das mais justas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N.º 318-70

AUTOR: Dep. Erondy Silvério

SUMULA: Cria no Núcleo Social Ivone Pimentel desta Capital, um curso ginasial noturno, para funcionar no ano letivo de 1971.

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto à competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acresçam a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contradição é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, portanto de despesas;

d) — fase do funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários, etc.;

Vê-se pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário à autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira em seu brilhante parecer, dispõe que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178 em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vênha aos argumentos ali expedidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto à lei autorizatória, analisemos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei, conforme emenda substitutiva anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Arthur de Souza

Acyr José

Muggiati Filho

Cândido M. de Oliveira

Gilberto Carvalho

Sebastião R. Júnior

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA

Onde se Lê:

"a partir de 1971",

Leia-se:

"A PARTIR DO PRÓXIMO ANO LETIVO"

Sala das Comissões, em 8 de julho de 1971

(as. ilegível)

Presidente:

Igo Iwatt Losso

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 318-70

Meramente autorizado, o presente projeto de lei não traz nenhuma implicação de ordem financeira.

De alto alcance, quanto ao mérito, somos pela aprovação da presente proposição.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em... de agosto de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Fuad Nacli, Santos Lima, Paulo Poli

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 318-70

I — Apresentado pelo Deputado Erondy Silvério, o plano de lei em estudo, visa a criação de um Curso Ginasial Noturno para funcionar no "Núcleo Social Yvone Pimentel" no bairro Vila Feliz, em Curitiba.

II — Ao projeto foi oferecido emenda do Deputado Igo Losso, a qual estabelece que o funcionamento do curso dar-se-á a partir do próximo ano letivo.

III — Incluso ao projeto, acha-se um abaixo assinado, firmado por moradores dos bairros que serão beneficiados com a medida, e que mostra a necessidade de que funcione um Ginásio Noturno naquele local.

Pelas razões expostas, nosso Parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em... de outubro de 1971.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Arizone Araújo — Relator

Alvaro Dias, Acyr José

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 2-72, de autoria do Dep. Francisco Escorsini, concede anistia fiscal de multas, juros e majorações legais, lançados até 31-12-72, aos contribuintes em atraso com o Imposto de Circulação de Mercadorias — I.C.M. e dá outras providências. Parecer favorável

da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 2-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedida anistia fiscal de multas, juros e majorações legais, lançados até 31 de dezembro de 1971, aos contribuintes em atraso do Imposto de Circulação de Mercadorias.

Parágrafo único — A anistia de que trata este artigo abrange os débitos relativos ao Imposto de Circulação de Mercadorias, em discussão na esfera administrativa ou judiciária, ficando atribuída as custas processuais ao contribuinte.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a parcelar o total do Imposto de Circulação de Mercadorias, já vencido e não recolhido pelo contribuinte.

Art. 3.º — O Poder Executivo estabelecerá normas regulamentares da presente lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4-4-1972

a) Francisco Escorsini

JUSTIFICAÇÃO:

A presente iniciativa tem fundamento legal no art. 181, II-A), da Lei Federal n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) e objetiva proporcionar uma oportunidade realista ao contribuinte em débito com a Fazenda, no sentido de saldar suas obrigações fiscais.

Trata-se como se vê, de uma modalidade de incentivo fiscal, instrumento largamente utilizado hoje pela administração federal como o mais hábil para dirigir o desenvolvimento econômico do país.

Neste caso, os benefícios do incentivo são do próprio Estado, porquanto um considerável número de empresas, pequenas ou grandes, dificilmente poderia saldar os seus débitos, em detrimento da arrecadação.

Pelo seu aspecto indiscutivelmente oportuno e favorável ao interesse do Estado, o projeto haverá de sensibilizar a unanimidade das representações partidárias nesta Casa e, por isso mesmo, obter a plena e geral aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AUTOR: Dep. Francisco Escorsini

SUMULA: Concede anistia fiscal de multas, juros e majorações legais, lançados até 31 de dezembro de 1971, aos contribuintes em atraso do Imposto de Circulação de Mercadorias.

PARECER

O nobre Deputado Francisco Escorsini quer conceder anistia fiscal de multas, juros e majorações legais, lançados até 31 de dezembro de 1971, e para tanto estabelece normas complementares.

O autor invoca o art. 181 — II -A), da Lei Federal n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), como fundamento da iniciativa ora em questão.

Sem dúvida, a fonte é hierarquicamente, de modo que não haveria nenhum impedimento legal ou constitucional, em nível estadual, que a invalidasse.

Além disso, há o interesse fazendário perfeitamente configurado no convite ao contribuinte ara saldar as obrigações tributárias em atraso, sem o castigo legal.

E por julgar o projeto conforme, constitucionalmente válido e interessante ao Estado, opino pela aprovação.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1972

aa) Armando Queiroz — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Emílio Carazzai, Santos Lima — Ilegível

1a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 3-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n. 93-72 ratifica. Convênios firmados em 20-12-71, entre o Governo do Estado e Municípios que especifica, visando colaboração técnica e assistencial, através do programa de Integração Fazendária "PROFAZ", instituída pela lei n. 6.211, de 2-8-71. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM N. 3-72

Curitiba, 5 de abril de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 20 de dezembro de 1971, entre o Poder Executivo e o Município de Curitiba, visando

recíproca colaboração Técnica e Assistencial, através do Programa de Integração Fazendária — PROFAZ, instituído pela Lei n. 6.211, de 2 de agosto de 1971.

Com os Municípios constantes da anexa relação foram, na mesma data, celebrados iguais convênios, os quais são também ora submetidos a essa Augusta Casa de Lei e cujos teores nada diferem do celebrado com o Município de Curitiba, eis que obedecem minuta padrão, conforme dispõe o decreto n. 701, de 20 de agosto de 1971.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 3-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam ratificados os termos dos convênios firmados, em data de 20 de dezembro de 1971, entre os Governo do Estado e os Municípios a seguir discriminados, visando recíproca colaboração técnica e assistencial, através do Programa de Integração Fazendária — “PROFAZ”, instituído pela Lei n. 6.211, de 2 de agosto 1971:

Abatiã — Adrianópolis — Agudos do Sul — Almirante Tamandaré — Alto Paraná — Alto Piquiri — Altônia — Amaorã — Amere — Antonio Olinto — Apucarana — Arapongas — Arapoti — Araruna — Araucária — Assis Chateaubriand — Astorga — Atalaia — Alvorada do Sul — Barracão — Balsa Nova — Barbosa Ferraz — Bela Vista do Paraíso — Bituruna — Boa Esperança — Bocaiuva do Sul — Bom Sucesso — Barrozópolis — Colorado — Curitiba — Castro — Capanema — Cambira — Cafeára — Cambé — Campina Grande do Sul — Campo do Tenente — Campo Mourão — Cascavel — Catanduvas — Centenário do Sul — Cerro Azul — Choinzinho — Cianorte — Cidade Gaúcha — Clevelândia — Colombo — Congonhas — Conselheiro Mairink — Corbélia — Cornélio Procopio — Cruzeiro do Oeste — Cruzeiro do Sul — Cruz Machado — Curitiba — Diamante do Norte — Doutor Camargo — Enéas Marques — Engenheiro Beltrão — Faxinal — Fenix — Florai — Floresta — Florestópolis — Foz do Iguaçu — Francisco Beltrão — Formosa do Oeste — General Carneiro — Guaraniáçu — Goioerê — Grandes Rios — Guaira — Guapirama — Guaporama — Guaraci — Guarapuava — Guaraqueçaba — Guaratuba — Icaraima — Iguaçu — Iretama — Ibaté — Ibiçporã — Imbituva — Iracão Martins — Inajá — Indianópolis — Ipiranga — Iporã — Itaguapé — Itambaracá — Itambé — Itapejara do Oeste — Itaúna do Sul — Ivaí — Ivanporã — Ivatuba — Jataizinho — Jaboti — Jacarezinho — Jaguapitã — Jaguariaiva — Janiópolis — Japira — Jardim Olinda — Jussara — Kaloré — Lapa — Leópolis — Lobato — Londrina — Lupionópolis — Laranjeiras do Sul — Marechal Cândido Rondon — Marmeleiro — Marialva — Marilena — Malet — Mamborê — Mandaguacu — Mandaguari — Mandirituba — Mangueirinha — Manoel Ribas — Maria Helena — Marilândia do Sul — Mariluz — Maringá — Mariópolis — Marumbi — Matelândia — Medianeira — Matinhos — Mirador — Marassella — Moreira Salles — Morretes — Munhoz de Mello — Nova Fátima — Nova Cantu — Nossa Senhora das Graças — Nova Aliança do Ivaí — Nova América da Colina — Nova Aurora — Nova Esperança — Nova Londrina — Ortigueira — Ourizona — Paraíso do Norte — Presidente Castelo Branco — Paissandú — Palmas — Palmeira — Palmital — Palotina — Paranacity — Paranaçu — Paranaipoema — Paranaíba — Patto Branco — Paula Freitas — Paulo Frontin — Beabirú — Pérola — Perola do Oeste — Piên — Pinhalão — Pinhão — Piraquara — Pitanga — Planaltina do Paraná — Planalto — Ponta Grossa — Porecatu — Porto Amazonas — Porto Rico — Porto Vitória — Primeiro de Maio — Prudentópolis — Pirai do Sul — Quatiguá — Quatro Barras — Querência do Norte — Quinta do Sol — Quitandinha — Quedas do Iguaçu — Reserva — Rancho Alegre — Rebouças — Ribeirão Claro — Rio Azul — Rio Bom — Rio Branco do Sul — Rio Negro — Roncador — Rondon — Rolândia — São Jorge do Oeste — Santa Cecília do Pavão — Santo Inácio — Santa Cruz do Morde Castelo — Sabaudia — Salto do Itararé — Salto do Lontra — Santa Amélia — Santa Fé — Santa Helena — Santa Inês — Santa Izabel do Ivaí — Santa Izabel do Oeste — Santa Mariana — Santana do Itararé — Santo Antonio da Platina — Santo Antonio do Caiuá — Santo Antonio do Paraíso — Santo Antonio do Sudoeste — São Carlos do Ivaí — São José da Boa Vista — São José dos Pinhais — São Mateus do Sul — São Pedro do Paraná — São Sebastião da Amoreira — São Tomé — Sapopema — Sengés — Sertaneja — Sertãoópolis — Siqueira Campos — Tamboara — Tapejara — Tapira — Teixeira Soares — Telêmaco Borba — Terra Rocha do Oeste — Tibagi — Tijucas do Sul — Toledo — Tomazina — Tuneiras do Oeste — Ubatirã — Umuarama — União da Vitória — Uniflor — Uraí — Vitorino — Xambré — Wenceslau Braz.

Art. 2.º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO PARANÁ E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA VISANDO RECÍPROCA COLABORAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO E MELHORIA DOS SEUS SISTEMAS FISCO-ARRECADADORES.

O Estado do Paraná, neste ato representado por seu Governador, Doutor Pedro Viriato Parigot de Souza, e a Prefeitura Municipal de Curitiba, representada por seu Prefeito, Senhor Jayme Lerner, devidamente autorizado pela Lei Municipal n.º, de... de... de... 19..., visando a colaboração mútua para a integração e melhoria dos seus sistemas fisco-arrecadadores, através do “Programa de Integração Fazendária — PROFAZ”, criado pela Lei n. 6.211, de 2 de agosto de 1971, e considerando que:

I — O vigente regime de competência tributária torna o Município diretamente interessado no nível de eficiência alcançado pelo Governo Estadual na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias;

II — a ação fiscalizadora conjunta e a correspondente soma dos proce-

dimentos, métodos e técnicas fiscais, contribuição para a plena utilização da capacidade operacional do sistema fazendário no território do Estado; e que

III — a ação integrada, no que concerne ao estabelecimento e à assistência ao contribuinte, permitirá uma segura intensificação dos reforços realizados com o objetivo de desenvolver no mesmo o espontâneo cumprimento da obrigação tributária, através da exata compreensão do princípio da unidade fiscal e do alcance social do tributo resolvem celebrar o seguinte Convênio:

CLAUSULA PRIMEIRA — O Governo do Estado do Paraná através a Secretaria da Fazenda e a Prefeitura Municipal de..., coordenarão seus programas e atividades, e atividades, com o objetivo de promover a fiscalização integrada do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, conforme projetos previamente estabelecidos e com o aproveitamento dos recursos humanos, materiais e técnicos disponíveis.

CLAUSULA SEGUNDA — O Governo do Estado do Paraná, através a Secretaria da Fazenda, se incumbirá de promover cursos de aperfeiçoamento aos funcionários fazendários da Prefeitura, a fim de propiciar a efetiva integração dos membros da ação “PROFAZ”.

CLAUSULA TERCEIRA — A Prefeitura se incumbirá de colocar à disposição da Secretaria da Fazenda, seus equipamentos e instalações disponíveis, bem como participar de campanhas de esclarecimentos aos contribuintes, encetadas pelo Governo do Estado na Ação “PROFAZ”.

CLAUSULA QUARTA — De comum acordo, poderão as partes estabelecer normas complementares que se fizerem necessárias para a perfeita concretização dos objetivos deste Convênio.

CLAUSULA QUINTA — O prazo de vigência do presente Convênio será de 1 (um) ano, a partir da data de sua celebração, podendo ser renovado, desde que atendidas suas finalidades básicas e condições.

CLAUSULA SEXTA — O presente Convênio poderá ser denunciado em qualquer tempo, por vontade das partes ou de uma delas, manifestada expressamente com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLAUSULA SETIMA — Nos termos do disposto no artigo 47, inciso IX, da Constituição Estadual, o presente Convênio será submetido pelo Chefe do Poder Executivo Estadual à Assembléia Legislativa do Estado, para fins de “referendum”.

E por estarem juntos e convencionados, foi lavrado o presente termo que, depois de lido e achado conforme, pelas partes e testemunhas, foi por todos devidamente assinado.

Curitiba, 20 de dezembro de 1971.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

a) JAIME LERNER

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

a) (As. Regíveis)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

A Proposição não tem óbices de ordem legal ou constitucional. O nosso voto é pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1972

aa) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Maurício Fruct — Ovidio Franzoni — Santos Lima — Cândido Martins de Oliveira — Paulo Camargo

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo jubileu de Prata Episcopal de Sua Excelência Reverendíssima Dom Geraldo de Proença Sigaud, Arcebispo de Diamantina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de serem tomadas providências, objetivando ampliação do prédio e alteração do currículo do Colégio Agrícola Arlindo Ribeiro, de Guarapuava. — Em discussão.

O SR. NIVALDO KRUGER — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero, com relação a este requerimento, informar à Casa um aspecto de alta importância para a vida educacional e também para a assistência social do Estado.

Temos alguns Colégios Agrícolas que foram fundados há alguns anos, no caso de Guarapuava há 20 anos atrás. A reforma do ensino prevê exatamente a divisão para setores do ensino profissional e as escolas técnicas estão enquadradas nesta concepção da reforma do ensino.

Acontece que o ensino agrícola do Estado está padecendo por falta de recursos. Está morrendo o ensino agrícola em Guarapuava e os professores, que são idealistas, que amam o Colégio e seus alunos, que amam sua causa, se vêem em posição humilhante, tendo que solicitar auxílio à comunidade local, auxílios que vão desde a gasolina até festas de quermesse para pagar débitos do Estado que se prolongam por mais de dois anos nas casas fornecedoras. O Estado paga apenas os professores.

Este colégio de Guarapuava — e me desculpem por citar logo a minha cidade, mas é um fato concreto — com capacidade para 100 alunos, abriga apenas 57. Por que será? Exatamente porque este Colégio, enquadrado nesta concepção tecnicista denunciada pelo Deputado Cândido Martins de Oliveira, não está correspondendo aos anseios e necessidades da região tem uma população aproximadamente de 400 mil habitantes, onde o ensino é clássico, com exceção deste Colégio de ensino técnico-agrícola, numa região eminentemente agrícola. Gasta o Estado, por ano, seis mil por ano com cada aluno e existem lá 20 professores para 57 alunos.

O que desejo, Srs. Deputados, é o apoio da Casa para este requerimento que tem em vista remodelar o ensino agrícola do Paraná. O Colégio Agrícola de Guarapuava, fundado em 1952, de lá para cá não teve ampliação nenhuma, o número de alunos regrediu e hoje o Colégio tem um professor para dois alunos.

Então faço um apelo ao Líder do Governo para que faça ciência o Sr. Governador, o Sr. Secretário da Agricultura da necessidade da remodelação do ensino agrícola do Estado e da ampliação das escolas existentes.

Temos o exemplo de que na administração passada a Secretaria de Educação fez concessão a Foz do Iguaçu de um aumento de vagas; isto só não resolve o problema, se o Estado ficar a exigir anuidades, mensalidades dos filhos dos agricultores. Assim não só estaremos transgredindo criminosamente

mente a Constituição, como estaremos fugindo à realidade social do Paraná. E hoje é o que se faz. Os alunos pagam a mensalidade e são forçados a trabalhar na escola devido à deficiência de funcionários, e não lhes são creditadas as horas de trabalho.

Eis um retrato de um Governo desumano, de uma situação política que está divorciada da realidade humana. De que adiantam teorias, técnicas, se não se atende à realidade popular, não se atende à realidade de vida de nosso povo.

É este o testemunho dado não por um oposicionista, mas por um brasileiro que quer o bem estar da população brasileira. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. PAULO POLI — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, as fronteiras existentes entre os partidos da situação e da oposição nunca fizeram com que a paixão e a disciplina conduzissem a votação da Bancada majoritária, nesta Casa, para um massacre a uma tese justa.

Pedi, para encaminhar a votação, para solicitar ao eminente Deputado, Líder da ARENA, João Mansur, que permitisse que nossa opinião se associasse à opinião do eminente Deputado Nivaldo Krüger, porque é das mais humanas a tese defendida por esse ilustre Deputado.

Assim é Sr. Presidente, que votarei favoravelmente a este requerimento, não obstante sua origem ser da Bancada do MDB. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. JOÃO MANSUR — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, o ilustre Deputado Nivaldo Krüger faz, através deste requerimento, uma apelo ao Governo do Estado e ao Sr. Secretário da Agricultura do Estado do Paraná no sentido de que voltem as suas vistas, a sua atenção, ao Colégio Agrícola de Guarapuava.

Nós conhecemos, de há muito tempo, aquele estabelecimento de ensino e sabemos de suas finalidades e dos serviços que vem prestando à juventude, principalmente daquela região.

E apelos desta natureza, partam de quem partir, são sempre partilhados por nós. Desnecessário se faz que se apele à Bancada do Governo, a este ou àquele Deputado, para que se associem a eles, nós entendemos que essa é a nossa obrigação.

E quero dizer ao nobre Deputado Nivaldo Krüger que estou inteiramente de acordo com esse seu apelo porque bem sabemos as necessidades daquele Colégio e os serviços que ele tem prestado à região.

Mas, no final de sua oração, o nobre Deputado Nivaldo Krüger deixou transparecer o seu espírito oposicionista, quase que vem culpar o Governo do Estado, a este Governo que vem dando uma demonstração de sensibilidade. Porque todos sabemos que muitos órgãos da administração foram encontrados desorganizados e o Governo tem tentado através de um esforço hercúleo, levar a bom termo tudo que diz respeito à organização do Estado do Paraná.

De modo que nossa Bancada dará apoio a esse requerimento porque conhecemos esse Colégio de há muito, mas não endossamos o final da oração do Sr. Deputado Nivaldo Krüger. — (Sem revisão do orador).

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Pela Ordem). Quero indagar da Mesa se nosso requerimento será votado imediatamente.

O SR. PRESIDENTE — Está em votação.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, quero dizer, na defesa de seu ponto de vista que talvez tenha cometido algum pequeno deslize quando me referi ao Governo. Mas, quis citar, especialmente, políticos da situação. Porque sei que se esse problema fosse do conhecimento do atual Governador, ele que é tão justo, certamente teria dado uma solução.

Quero agradecer a manifestação espontânea do nobre Deputado Paulo Poli e João Mansur, porque desta forma iremos construir a grandeza de nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli constante do Expediente de sessão anterior, com a sua discussão encerrada solicitando voto de aplauso ao Sr. Ministro da Justiça, por ter S. Exa. recolhido o problema de Redivisão Territorial do País, na sua pauta de preocupações imediatas. Em discussão.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — (Para discutir) — Sr. Presidente, inicialmente pediria ao Exmo. Sr. 1.º Secretário a fineza da leitura, na íntegra, do requerimento formulado pelo Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a leitura do requerimento.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Proceda a leitura do requerimento.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente o requerimento do nobre Deputado Paulo Poli, teve a sua apreciação adiada para hoje, por força de um pedido efetuado por mim à Mesa desta Assembléia, para discuti-lo. Assim é que não poderia deixar de, por breves instantes, comparecer a Tribuna, a fim de dizer das razões que me levaram a formular o pedido no final da Sessão de ontem, o que determinou o adiamento para hoje da apreciação do referido requerimento.

Gostaria, sinceramente, de votar com o Deputado Paulo Poli, porque, em parte, concordo com S. Exa.. Entretanto, vejo no Requerimento subscrito pelo nobre Deputado, dois assuntos distintos e, se me permite S. Exa., não encontro mesmo justificativa ou necessidade para que ambos constem de um mesmo requerimento.

Inicialmente, pede o nobre Deputado da Bancada da Aliança Renovadora Nacional, que esta Casa registre o seu aplauso ao Ministro da Justiça, por colocar em discussão, ou abrir a discussão de um tema: a divisão territorial do País.

Concordo plenamente com o Deputado Paulo Poli, que o tema interessa sobremaneira à atualidade brasileira. Tanto assim que há tempos vem o mesmo sofrendo análises, sofrendo estudos e parece, pelo que afirma Sua Excelência a esta Casa, que o assunto merecerá agora uma atenção mais detalhada por parte do Governo Federal.

Creio, repito aqui, e já tive a oportunidade de expressar esse pensamento em aparte ao nobre Deputado Paulo Poli, que o assunto merece ser estudado e portanto justifica-se plenamente que um Deputado venha à Tribuna, tratar do mesmo. Até aí a minha concordância, o meu acordo com o

requerimento do nobre Deputado Paulo Poli; entretanto, discordo de Sua Excelência na parte final do seu requerimento, quando afirma que se integra com a redivisão territorial do País, devendo o Sr. Ministro da Justiça, colocar em sua pauta de preocupações, eleições gerais de 5 em 5 anos a partir de 1975, com permissão para reeleições de Presidentes e Governadores.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sabe V. Exa. que, além do meu respeito, V. Exa. sempre mereceu também a minha admiração, a minha amizade.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — Muito obrigado!

O Sr. Paulo Poli — Apenas uma observação: que esta segunda parte do meu Requerimento exatamente a que V. Exa. expõe já foi objeto de um outro requerimento, aprovado por esta Casa e já enviado, portanto, a Sua Excelência a Sr. Ministro da Justiça. No entanto, robe Deputado, eu digo aqui de sã consciência, que agradeço o apoio que V. Exa. está dando à parte do meu requerimento, e sugiro a V. Exa. porque a tese é de fato boa e partindo da Oposição melhor, que V. Exa. elabore uma sugestão ao Requerimento, aproveitando a parte que V. Exa. achar razoável, e, terá o meu apoio e quem sabe de alguns colegas de minha Bancada, ficando, dest'arte, resolvido o problema.

Era o aparte que eu queria oferecer a V. Exa..

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — Eu agradeço a V. Exa. o aparte e quero dizer a V. Exa. que ao propor a moção ou o voto de aplausos ao Sr. Ministro da Justiça pelos estudos de redivisão territorial do País situou V. Exa. bem o assunto quando disse que aplaudia o Ministro por haver recolocado o problema da redivisão territorial do País. Acho que V. Exa. foi muito feliz nos termos em que propôs a apreciação da matéria, em primeiro lugar porque V. Exa. congratulou-se com o Sr. Ministro porque ele propôs o estudo da matéria. De fato, seria descabido de minha parte dizer a V. Exa. que eu tenho a minha concepção de redivisão do País. Em absoluto, eu não tenho. Mentiria a V. Exa. e ao povo do Paraná se afirmasse que estou convencido, entretanto, sinto que a atual divisão territorial do nosso País é arcaica e de que devemos todos juntos, os órgãos técnicos, os poderes constituídos, estudar o assunto para buscar a melhor forma. Por isso congratulo-me com V. Exa. por ter colocado o assunto nestes termos. Acho desnecessário subscrever um novo requerimento tratando do mesmo assunto já que V. Exa. deu ao mesmo a melhor forma possível, mas disse V. Exa. que esta Casa aprovou um requerimento já encaminhado a S. Exa. Ministro da Justiça acerca das eleições de cinco em cinco anos e tratando também da reeleição do Sr. Presidente da República e dos Srs. Governadores de Estado. Quero dizer a V. Exa. que temos conhecimento disto pela imprensa, porque não me encontrava nesta Casa quando o assunto foi aqui discutido e debatido, por isso mesmo, aproveito a oportunidade que se me oferece, para manifestar o meu pensamento a respeito do assunto, mesmo porque o meu Partido, o Movimento Democrático Brasileiro tem posição formada em torno da reeleição do Presidente da República em torno da reeleição dos Governadores e eu também tenho a minha posição pessoal que coincide, na oportunidade, com a posição de meu Partido. Tenho observado na vida atribulada de nossa República, que a cada Presidente que assume o Poder nesta terra, sempre é sugerida a reeleição. O continuísmo. Tem sido assim durante muitos anos, repito, nesta atribulada República. O assunto portanto, vem sendo discutido arto após ano e proposições como a que V. Exa. fez à Casa têm sido feitas nos demais governos. Em primeiro lugar, nobre Deputado Paulo Poli tracei um paralelo entre aquilo que ocorre com os parlamentares na apreciação dos seus subsídios, pois a um parlamentar é dado reformular os próprios subsídios apenas tratando do assunto com vistas à legislação futura. Ora, eu acho de pouca ética que um Presidente vá encaminhar uma proposição de reexame de reeleição quando seu próprio interesse está em jogo e será por certo objeto de consideração.

O Sr. Paulo Poli — O Presidente poderia perfeitamente, como ilustração, inserir este artigo e excluir o seu próprio nome como candidato a reeleição.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — Perfeitamente. Deixando de constar, realmente seria uma idéia. Resolveria o problema ético em primeiro lugar e o problema político, pois eu entendo que alguma coisa ainda resta de liberdade nesta Casa, e ainda um resquicinho de democracia se encontra por aí e teve justamente a limitação de mandato do Presidente da República. Caso nos entredássemos para a permissão de reeleição do Presidente da República, então até mesmo este cheiro de democracia tenderia a desaparecer. Acho que o momento é o menos indicado para se tratar desta matéria. O meu Partido tem posição firmada contra ela e eu pessoalmente e se digo pessoalmente, nobre Deputado Paulo Poli, é porque se amanhã o meu Partido mudar de opinião estarei aqui na Tribuna colidindo com a opinião dele, contrário à reeleição do Presidente da República. Acho, portanto, que devo me manifestar contra esta parte do requerimento de V. Exa., fazendo aquilo que deveria ter feito, se aqui estivesse presente quando foi apreciado por esta Casa, requerimento neste sentido, encaminhado a S. Exa. o Sr. Ministro da Justiça.

Entendo que V. Exa. pode ver na equipe do Presidente Médici uma equipe excelente. Creio entretanto, que não é o Presidente Médici o único a ter equipe capaz de dirigir o País. Temos homens públicos, temos várias equipes em condições de dar ao nosso País, ritmo de desenvolvimento compatível com as necessidades do nosso povo. Portanto, creio que a política deve ser uma disputa entre grupos capazes, todos eles em condições de promover o melhor desenvolvimento da nossa terra.

Por esta razão se V. Exa. entende que a equipe do Presidente Médici é excelente, eu não vou dizer o contrário, mas quero manifestar a V. Exa. o meu pensamento de que outras equipes não de existir nesta terra e igual gabarito e que poderão conduzir os destinos do nosso País. Registro aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estas considerações para que nos Anais da Casa fique registrado o ponto de vista deste Deputado, Líder do MDB nesta Assembléia, para que se saiba que nós aqui cumprimos as determinações de nosso Partido e nos manifestamos veementemente de forma contrária à reeleição de S. Exa. o Sr. Presidente da República. Não só do atual, mas de todos os demais que sucederem a S. Exa. o Gal. Emilio Garrastazú Médici e também contrários à reeleição de Governadores de Estado.

Ficam aqui registradas, Sr. Presidente, estas palavras.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Requerimento de autoria do Deputado Paulo Poli. — Aprovado.

Para explicações pessoais, concedo a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATTI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Na qualidade de membro da Comissão de Finanças desta Casa de Leis, estivemos na tarde de hoje no Palácio Iguazu juntamente com o Presiden-

te da nossa Comissão, Deputado Fuad Nacli, e os membros Odilon Reinhardt, João Fadel e David Federmann. O objetivo da visita ao Governador Parigot de Souza, prende-se ao fato amplamente divulgado pela imprensa de que a Comissão de Finanças havia solicitado uma audiência com o Sr. Governador para reivindicar de S. Exa. que o abono provisório de 12% concedido aos servidores públicos do nosso Estado, fosse retificado através do envio de uma outra mensagem propondo um aumento que viesse atender às reais necessidades dos valorosos servidores públicos do Paraná, por entenderem, principalmente, que com o aumento de 20% concedido pelo Presidente da República aos servidores civis da União e também o aumento do salário mínimo que atinge cifra superior a 20%, que diante disso, a Mensagem do Governador conceder não um aumento, mas um abono provisório de 12% estava superada. Esta Comissão solicitou e obteve a tão desejada audiência com o Sr. Governador Parigot de Souza. E cumpre-nos nesta tarde, desta Tribuna, dizer que exatamente, na tarde de hoje, apagaram-se as esperanças do funcionalismo público do Paraná de obter um aumento mais humano, em seus vencimentos.

Durante a audiência o Sr. Governador do Estado foi taxativo em afirmar que não voltaria atrás em seu abono de 12%. Pode o Sr. Governador mostrar em palavras, a situação financeira do Estado do Paraná, dizendo que diante desta dificuldade, não encontrava meios para atender a reivindicação de um melhor aumento ao funcionalismo.

Afirmou ainda o Sr. Governador do Estado que, salvo algumas mudanças pela forma como se encaminha a arrecadação do Estado do Paraná, é bem possível que o nosso Estado atinja em princípios do ano de 1973, um "déficit orçamentário" da ordem de 40 a 50 milhões de cruzeiros e se isto acontecer, segundo as palavras do Governador, o Estado terá que recorrer a empréstimos cujos juros poderão variar de 2 a 2 e meio por cento ao mês.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas se V. Exa. estiver em condições de fornecer o esclarecimento Entendo que o abono é uma forma de adiantamento ao funcionalismo público, por conta do aumento real que ele deverá receber na época própria. Entendo que esse aumento deva ocorrer, a exemplo do que se verifica nos demais Estados da Federação, a exemplo do que ocorre com o salário mínimo e com o funcionalismo público civil da União anualmente; isto é, um ano decorrido do último aumento concedido, concede-se um novo aumento.

Creio que o último aumento de vencimentos do funcionalismo público verificou-se em agosto ou setembro se não me falha a memória, do ano de 71. Assim, entendo o abono como um adiantamento por conta de um novo aumento, objetivando os índices da elevação do custo de vida, também se valendo dos estudos procedidos para elevação do salário mínimo e dos vencimentos do funcionalismo público federal. Entendo portanto, que o abono é antecipação daquele aumento que será concedido na época própria. Nessa forma de entender, e esperar, eu pergunto se no contato da Comissão da qual V. Exa. faz parte, com o Sr. Governador do Estado, ficou esclarecido algo a respeito do assunto, que nesse aparte eu trago a V. Exa. Ou, em outras palavras, se na época oportuna, em agosto ou setembro, será remetida à Casa proposta de aumento para o funcionalismo público estadual, já não mais uma proposta de abono, mas de aumento. Gostaria que V. Exa. respondesse, se possível fôsse.

O SR. ANTONIO BELINATI — Ilustre Líder Sebastião Rodrigues, a conversa com o Sr. Governador iniciou-se praticamente, se não me falha a memória com o Deputado Fuad Nacli que transmitiu ao Governador que tomara conhecimento de que S. Exa. estaria propenso a mandar uma outra Mensagem de aumento ao funcionalismo.

S. Exa. usou quase que as mesmas expressões por várias vezes, dizendo que seria levianidade de sua parte se tivesse mandado a Mensagem e procedesse à retirada da mesma.

Uma tese em que a nossa Comissão insistiu foi a de saber do Governo, por quanto tempo iria vigorar o abono de 12%, ao que respondeu S. Exa. que, devido à situação em que se encontrava o Estado poderia estar em vigência até setembro ou outubro. Não chegou a definir um prazo para que fôsse transformado o abono em aumento.

Disse mais S. Exa. que os funcionários públicos tiveram, de outubro de 69 até esta Mensagem, um aumento na ordem de 42%. 20% do abono dado ao final do mandato do Governador Paulo Pimentel, 10% concedido pelo ex-Governador Leon Peres e mais os 12% totalizando 42%.

Insistimos em transmitir ao Governo que os Deputados desta Casa, tanto os da ARENA como do MDB, têm sido procurados por servidores públicos que estão angustiados diante da constante alta do custo de vida e achando que este abono não virá resolver seu problema.

O Sr. Governador respondia que não eram os funcionários que estavam agitando a questão do aumento do salário e afirmava ter conversado com vários funcionários e que eles estavam satisfeitos com o abono de 12% que iriam receber.

Foram palavras textuais do Sr. Governador dizendo que entre os funcionários com quem conversou, há um grande contentamento com este abono.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Naturalmente os funcionários com que S. Exa. conversou são sub-comissionados do Gabinete do Governo ou Secretários do Palácio. Na verdade esses funcionários devem estar satisfeitos com os cargos que desempenham. Entretanto o que me preocupa, e V. Exa. e a Casa são testemunhas disto, é que eu não fui à Tribuna tratar deste assunto. Não fui porque entendia como acertada a política do Governo, desde que o abono tivesse o significado que procuramos transmitir a V. Exa. em aparte anterior. Em matéria de política salarial, abono é adiantamento por conta de aumento futuro. Em verdade, os vencimentos do funcionalismo público ou o salário de operários são revistos apenas decorrido um ano da concessão de aumentos.

Ora o que determina isso? Recebe o funcionalismo público um aumento de 20% no mês de julho, por exemplo, mas em agosto já o custo de vida aumento 2%, em setembro mais dois; decorrido um ano se elevou, o custo de vida em 24%. E só então o funcionalismo receberá a correção de seu vencimento. O ideal seria que os vencimentos fossem revistos mensalmente. Todavia, é impossível à uma estrutura administrativa tratar o assunto dessa forma. Então, recorre-se à figura do abono. O aumento é dado de ano a ano, mas faz-se uma previsão de quanto será o aumento, se de 24%, de 22%, etc., e portanto, se dá um abono de 12%, por conta do aumento que será concedido.

Daí a justificativa da pergunta que fiz a V. Exa. E para mim é muito importante a resposta, tanto assim que se me permite abusando de sua gentileza, dirijo um apelo ao Líder do Governo para que nos dê uma res-

posta. Porque não se firmou ainda, nesse aspecto, que julgo novo pelo menos ressaltado nesta Casa pela primeira vez, que informe S. Exa. o Sr. Governador, se o abono tem características de adiantamento por conta de um aumento que será dado decorrido um ano do último aumento concedido ao funcionalismo estadual. Apenas assim entendendo a figura do abono. Pela explicação que V. Exa. dá a Casa, a concessão do Sr. Governador é de aumento, aumento com prazo incerto, aumento com prazo não fixado, abono até que se vença o ano do último aumento do funcionalismo. Assim, dessa forma compreenderia o aumento.

O SR. ANTONIO BELINATI — Se não me falha a memória, o jornalista Hugo Santana fez uma reportagem para a "Folha de Londrina", que traremos oportunamente à Casa, dizendo que um motorista de um Tribunal do Estado ganha mais do que um engenheiro, do que um advogado do Estado. E o teor dessa reportagem levei ao conhecimento do Sr. Governador, porque isso vem mostrar realmente, o baixo nível de vencimentos do funcionalismo estadual.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Se V. Exa. me permite, vou continuar o meu aparte. Eu entendia sobretudo pela figura do professor Pedro Parigot, pessoa afeita a ordenação, a organização, ao planejamento, que ele criaria um critério definitivo, em prazo certo, para exame dessa matéria. Porque se isso não ocorrer teremos o funcionalismo estadual numa situação de inferioridade em relação à maioria do funcionalismo dos demais Estados da Federação e também aos assalariados, já que existe um critério nos demais Estados na União, em sindicatos de classe, que os salários, os vencimentos, são revistos anualmente. O abono é então criado pelas entidades de classe, é uma defesa de seus representados.

É por essa forma que entendo a proposição do Sr. Governador do Estado. Mas, para surpresa minha V. Exa. vem e explica à Casa que não é esse o entendimento de S. Exa. Então não entendo mais o pensamento do Governo acerca da figura do abono. Acho que, tecnicamente ele usou mal o termo "abono", porque o que está aí é aumento mesmo. A menos que se queira fazer, como se diz na gíria, "um quebra galho". Mas, acho que não se pode tratar ao funcionalismo com atos dessa natureza. É preciso, e o professor Pedro Parigot tem condições para isso, que se fixe um critério no que se refere ao aumento de vencimentos, porque isso trará um grande benefício à classe.

Portanto, finalizo o apelo que fazia, naquela oportunidade, ao nobre Líder do Governo para que S. Exa., em nome do Sr. Governador, explique o critério do abono, se ele é uma antecipação por conta do aumento, até a época certa, "época certa", entendo, um ano após concedido o último aumento ao funcionalismo. É necessária essa informação, para que nós possamos formar, sobre esse assunto, um julgamento definitivo, uma opinião fundada em informações reais sobre aquilo que pensa o governo acerca da matéria. Obrigado, por me ter permitido novo aparte.

O SR. PRESIDENTE — Informo ao nobre Orador que falta um minuto para esgotar o tempo regimental.

O SR. ANTONIO BELINATI — Solicito prorrogação.

O SR. PRESIDENTE — Concedido.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, quero me pronunciar pela primeira vez com relação a esse assunto. Fiquei na reserva, porque é comum, nessas ocasiões, políticos se manifestarem acerca do assunto. A Assembléia colocou-se muito bem organizando uma Comissão para pleitear do Governo a elevação do abono e, dessa forma, a Assembléia não só se colocou bem politicamente, mas colocou-se bem sob o ponto de vista humano. Veja V. Exa. nobre Deputado, nós que representamos o povo, devemos enfrentar a realidade vivida pelo povo, porque do contrário não estaremos cumprindo nossa obrigação. Nesses quatro meses, segundo a Fundação Getúlio Vargas, a elevação do custo de vida foi superior a 8.4. Ora, se nesses 4 meses foi a 8.4, até o fim do ano teremos uma elevação de 20%. Então mais uma vez será desvalorizado o vencimento do funcionalismo público. E ainda uma agravante, o Estado não pode, nunca, alegar falta de recursos porque a correção da receita do Estado é a grande fonte de receita do Estado e incide percentualmente. Então o Estado está sempre com suas finanças corrigidas e o funcionalismo se vê na contingência de ficar à vontade do governante.

Já disse isso o Sr. Deputado Sebastião Rodrigues, quando manifestou sua opinião. Assim, me parece, que temos uma oportunidade ainda na discussão do Projeto, de analisarmos todos esses aspectos e assumir o MDB coerentemente, sem demagogia, uma atitude que retrate os anseios do funcionalismo público, que deve perceber o mínimo necessário para subsistência sua e de sua família.

O SR. ANTONIO BELINATI — O que entendemos grave também rio encontro com o Governador, foi quando lembramos a S. Exa. que o Sr. Deputado Wilson Fortes, que em seus pronunciamentos fala na qualidade de Presidente da Assembléia, um dia, após almoçar com o Sr. Governador no Palácio Iguaçu, convocou a imprensa e anunciou, na qualidade de Presidente da Assembléia Legislativa, que o Sr. Governador do Estado daria um aumento salarial de 20%, a partir do dia 1.º de março.

Insistimos em lembrar esse episódio ao Sr. Governador, porque diante da palavra, não de um Deputado simplesmente, mas de um Deputado que praticamente falava em nome do Poder Legislativo, os servidores públicos passaram, quase que a ter seu orçamento mensal baseado na afirmativa do Presidente da Assembléia, de que o aumento seria de 20% e a partir de 1.º de março. O Sr. Governador desmentiu, categoricamente, dizendo que o Sr. Deputado Wilson Fortes havia falado por sua conta própria.

Diante disso, como se encontra em viagem já há duas semanas o Presidente desta Casa, seria oportuno que o seu regresso, o Sr. Deputado Wilson Fortes pudesse ocupar esta Tribuna, ou então prestar esclarecimentos através da imprensa do Paraná, sobre esse mal entendido havido, dando uma entrevista que foi manchete nos jornais de todo Paraná, de que o aumento seria de 20%. O Sr. Governador, hoje, num encontro com uma Comissão que é das mais importantes da Casa, a Comissão de Finanças, desmentiu que tivesse autorizado ao Presidente da Assembléia a anunciar o aumento da ordem de 20%.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Antônio Belinati, nós estamos ouvindo com atenção o relato que V. Exa. presta a esta Casa.

O Deputado Sebastião Rodrigues Júnior colocou muito bem o problema, quando disse que entende que abono era antecipação de aumento. Realmente, é este o pensamento do Sr. Governador do Estado, e quero dizer mais: o nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior tem conhecimento da luta de várias classes, por abonos, e que nunca conseguiram.

Veja V. Exa., nobre Deputado Antônio Belinati, a sensibilidade do Sr. Governador do Estado, que veio de encontro ao problema. Ele sabe per-

feitamente, tanto quanto nós, que isto talvez não resolva o problema do funcionalismo do Estado, mas, ele é claro nas suas palavras quando diz que está dando aquilo que pode, aquilo que o Estado tem realmente condições de dar. Ele antecipou, porque o Governador poderia somente preocupar-se com este problema de aumento, em setembro ou outubro, quando decorresse um ano do último aumento que fora dado. Mas o Sr. Governador do Estado, serzível como é, veio de encontro a esta classe, dando o abono de 12%.

Agora, quando V. Exa. diz que o Sr. Governador do Estado não se manifestou sobre o aumento efetivo que pretende dar ao funcionalismo do Paraná, veja V. Exa. a cautela que o Governador Pedro Viriato Parigot de Souza tem procurado manter, para evitar que novos episódios, como este que V. Exa. acabou de anunciar no final da sua oração, venha a ocorrer aqui no Paraná.

Já disse, por diversas vezes quando ocupei a Tribuna, de que em muito menos tempo do que muita gente espera, o funcionalismo do Paraná terá o aumento devido; o Sr. Governador está esperando apenas que a Comissão por ele designada, conclua estes estudos.

De maneira que quero cumprimentar V. Exa. quando vem à Tribuna trazer o relato da entrevista que marteve com Sua Excelência o Sr. Governador, como membro da Comissão de Finanças. E fique certo. Nós que conhecemos o Professor Parigot de Souza, homem de origens humildes e que também pertence ao quadro do funcionalismo do Paraná, temos certeza, saberá cumprir com o seu dever e virá de encontro, na época oportuna, dando aquilo que o Estado pode dar, evidentemente. Porque se dependesse da vontade dele ou da nossa, daríamos muito mais! Mas ele chegou a mostrar a Comissão, o quadro real do orçamento de como vêm se conduzindo as nossas finanças.

Assim, cumprimento V. Exa. e quero, uma vez mais, afirmar a esta Casa e ao funcionalismo: dêem um crédito de confiança ao Estado e esperem, porque terão a recompensa justa, porque sabemos que ocupa o Palácio Iguazu um homem justo e humano, e acima de tudo, que quer bem o povo deste seu Estado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Agradecemos a V. Exa.. Quanto à parte moral do Excelentíssimo Sr. Governador, não temos a menor dúvida, agora, Deputado João Marzur, o que nós não concordamos com V. Exa., é de dizer que o Governador não pode com antedecência, estabelecer para quando seria a consolidação do aumento, porque nós entendemos que se tem apregoado de 64 para cá a continuidade administrativa até mesmo quando a eleição era direta, nos palanques pleiteava-se o voto do povo para o sucessor de um determinado Governo, para um determinado Prefeito, sempre apregoava-se a continuidade administrativa e se o Governo é a continuidade administrativa, e se o Governo é a continuidade de um plano de trabalho que se implantou há alguns anos, nós entendemos perfeitamente que deve ser obrigação do Governo já ter estabelecido o seu plano de trabalho para que o povo possa ficar tranquilo, para que o servidor público possa ficar tranquilo, o que aliás foi dito. Não fui eu quem disse mas foi, se não me engano, o Sr. Deputado Fuad Nacli, ou o Sr. David Federmann. Nunca na história política do Paraná um Governador de Estado foi tão prestigiado pela Assembléia Legislativa como está sendo o Governador Parigot de Souza, porque S. Exa. em principio argumentou que o funcionalismo não vai receber o aumento de 12% no mes de maio por culpa da Assembléia Le-

gislativa. Agora, é culpa que certamente será compreendida pelo funcionalismo público. Nós sempre combatemos o engavetamento de qualquer projeto de lei, entendemos que todos os projetos devem ter a mais rápida tramitação. Mas no caso do abono provisório, o que houve nas várias Comissões da Casa, foi uma certa prudência e uma tentativa não só apelos do MDB, mas são praticamente todos os Srs. Deputados desta Casa que estão empenhados em conseguir do Sr. Governador um aumento que possa fazer frente ao real custo de vida. No encerramento daquela entrevista com o Governador, nós propusemos até por nossa própria conta, que o Governador retirasse esta Mensagem de agono de 12% e estudasse uma mensagem de abono definitivo, para quem sabe, entrar em vigência daqui uns 60 dias. Então o Estado seria compensado porque não teria que tirar dinheiro de caixa imediatamente para pagar o abono e daqui a 60 dias o funcionalismo passaria a ter o aumento tão desejado. Então haveria uma compensação, tanto como para o próprio Estado. O Sr. Governador respondeu que ele não tomaria esta iniciativa porque os funcionários estão esperando o abono de 12%.

Então, até indagamos se a iniciativa partisse da Assembléia, o apelo para que o Governador retirasse a Mensagem do abono e mandasse, daqui a dois meses, uma Mensagem de aumento. Nada foi possível e nós vimos portanto, que as esperanças dos servidores públicos de conseguir este aumento, praticamente desapareceu na tarde de hoje, porque acreditamos, quer nos parecer, que a palavra do Sr. Governador tenha sido em caráter definitivo, o que vem trazer um profundo descontentamento para todo o funcionalismo público, tão injustificado, tão sacrificado e tão orçado em seus vencimentos. Era isto, Sr. Presidente. Srs. Deputados, o relato que tínhamos a fazer da visita que a Comissão de Finanças fez ao Sr. Governador, composta pelos Srs. Deputados Fuad Nacli, David Federmann, Odilon Reinhardt, João Fadel e por este Deputado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 275-70;
- 2a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 221-70, 318-70, 2-72 e de Resolução 3-72;
- 1a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 246-70, 253-70, 256-70 e 5-71.

Levanta-se a sessão.

PORTARIA:

PORTARIA N. 155-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 3.118-72, de 8 de maio de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a Maria Menegusso, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1971, a partir de 9 de maio de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10, de maio de 1.972.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral